



PLANO ESTRATÉGICO DO SÍTIO DA REDE NATURA DO LITORAL NORTE

Relatório Final

Abril de 2007



QUATERNAIRE PORTUGAL, Consultoria para o Desenvolvimento, SA
www.quatenaire.pt | porto@quatenaire

GeoAtributo – Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda.
www.geoatributo.com | geoatributo@geoatributo.com



RELATÓRIO FINAL

Número Total de Páginas – 101

A B R I L | 2 0 0 7

EQUIPA TÉCNICA



Ana Barroco
Artur Costa
Daniel Miranda
José Portugal



Carla Freitas
Marta Oliveira
Ricardo Almendra

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO	7
2.1. INTRODUÇÃO.....	7
2.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E ECONÓMICA.....	8
2.2.1. CARTA DE SÍNTESE 1.....	17
2.3. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E AMBIENTAL.....	21
2.3.1. CARTA DE SÍNTESE 2.....	28
2.4. CARTA DE SÍNTESE FINAL.....	32
3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	37
3.1. SÍNTESE ESTRATÉGICA	39
3.2. FACTORES CRÍTICOS DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO	46
3.3. APOSTAS E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	49
4. CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA	52
4.1. UMA ESTRATÉGIA TEMÁTICA.....	53
4.2. PROGRAMA DE ACÇÕES.....	67
4.3. CARTOGRAFIA DAS INTERVENÇÕES.....	98

1 . I N T R O D U Ç Ã O

Apresenta-se neste documento o relatório final preliminar do “Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura Litoral Norte”, elaborado pela Quaternaire Portugal, S.A., com o apoio da GeoAtributo, CIPOT.

Neste documento tece-se uma síntese da caracterização e diagnóstico do Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura Litoral Norte, que resultou da identificação e análise da situação actual e do passado recente da área e da reflexão das políticas de intervenção no litoral e modelos de gestão existentes, assim como das figuras de planeamento e estudos realizados.

De acordo com uma escala de valoração predefinida, foram ainda delimitadas diferentes tipos de áreas, às quais correspondem diferentes objectivos de desenvolvimento e gestão.

Posteriormente foi tecido o diagnóstico estratégico da área do plano e identificadas as ameaças e oportunidades do meio envolvente (o que convirá fazer?) e das forças e fraquezas do sistema em causa (o que pode ser feito?), assim como a construção de apostas e objectivos específicos da intervenção que compõe a estratégica.

No ponto quarto foi definida a estratégia, assim como uma breve apresentação da intervenção, de forma a precisar a diversidade e complementaridade existente entre os diversos conjuntos de acções. Foi ainda descrito o programa de acções, tipificando cada uma através de fichas de projecto.

Este trabalho foi realizado num contexto muito próprio e que importa especificar.

Em Janeiro de 2006 ficou disponível a versão para discussão pública do documento “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, o que torna possível concretizar, nesta área específica, algumas das recentes orientações estratégicas definidas para o litoral português inseridas neste documento.

Em termos de instrumentos de gestão territorial, a particularidade da maior parte dos planos se encontrar em elaboração ou revisão¹ é também um elemento de maior importância pela oportunidade e utilidade que o presente plano pode ter para a elaboração ou execução desses Planos, no ponto de vista da valorização do Sítio da Rede Natura.

A oportunidade de se aproximar a entrada em vigor de um novo período de programação 2007-2013, permite enquadrar os diversos projectos a desenvolver, tanto do ponto de vista da coerência global da intervenção como do acesso aos instrumentos de financiamento a definir no QREN ou noutros instrumentos de financiamento da política nacional para o litoral e conservação da natureza.

A visão de conjunto de todo o Sítio da Rede Natura, apresentada no presente documento, lança as bases para uma gestão conjunta de todo o espaço envolvido e para uma eventual futura extensão do Parque Natural do Litoral Norte.

¹ Durante o mês de Março de 2006 decorreu a discussão pública do “Plano Sectorial da Rede Natura 2000”, que estabelece as orientações para a gestão territorial dos Sítios e ZPE's e a conservação das espécies da fauna, flora e habitats. O Plano de Ordenamento do Parque Natural Litoral Norte, assim como o Plano Regional de Ordenamento do Território encontram-se em elaboração. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira, assim como os Planos Directores Municipais de Caminha, Viana do Castelo e Esposende encontram-se em revisão.

2. SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO

2.1. INTRODUÇÃO

O Sítio Litoral Norte² (PTCON0017) corresponde ao extremo NW de Portugal, região biogeográfica Atlântica. Insere-se na região Norte, (NUTS, nível II) e compreende a faixa litoral dos concelhos de Caminha, Viana do Castelo (NUT III, Minho-Lima) e Esposende (NUT III, Cávado), ao longo de uma extensão aproximada de 45,3 Km.

Apresenta um formato linear, albergando parte das freguesias do litoral destes concelhos, excepto a freguesia de Monserrate em Viana do Castelo.

O Sítio é Limitado a Norte pelo Estuário do Rio Minho, a Sul pelo Concelho da Póvoa de Varzim, a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Este por acessos rodoviários existentes, linhas de água ou ainda por mudanças de uso de solo, como a passagem das áreas dunares para os terrenos agrícolas.

A área correspondente totaliza 2796 ha, dos quais aproximadamente 81% correspondem a área terrestre e os restantes 19% a área marinha.

A paisagem do Sítio Litoral Norte, é profundamente dominada pela presença do oceano e relativamente constante. Em Caminha na desembocadura do rio Minho localiza-se a ilha da Ínsua, posteriormente surge uma estreita costa de praia, de areia ou com afloramentos rochosos ou cascalho, à qual sucede um sistema dunar de dimensão e consistência irregular, sendo mais representativo em Viana do Castelo e Esposende. Estas unidades são apenas interrompidas pela foz dos rios Minho, Âncora, Cabanas, Lima, Neiva e Cávado. A seguir às dunas surgem os campos agrícolas ou pinhais e pontualmente os aglomerados urbanos.

² Classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004 que adopta, nos termos da Directiva 92/43/CEE do Conselho, a lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica atlântica.

A pressão urbanística registada a partir dos anos 60 e sobretudo nos últimos anos originou um aumento do número de intervenções/novas construções nesta área, desrespeitando por vezes as mais elementares regras de ordenamento, conduzindo à degradação da paisagem.

2.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E ECONÓMICA

O litoral dos concelhos em análise para além de ser a zona de maior concentração de recursos naturais, assume uma importante função no recreio das populações, o que o torna altamente disputado por um elevado número de actividades económicas. Por esta razão primordial é procurado por um elevado número de pessoas.

Uma análise da distribuição da população residente em 2001, dá-nos conta que residiam nos três concelhos no momento censitário (Março de 2001) 139.025 indivíduos, 12,3% dos quais residentes em Caminha (17.069 indivíduos), 63,8% (ou 88.631 indivíduos) em Viana do Castelo e os restantes 24,0% em Esposende (33.325 indivíduos).

| **Distribuição da população**

A população concentra-se sobretudo ao longo das freguesias litorais, nas margens do rio Neiva e foz do rio Lima e nas sedes de concelho. Esta tendência é igualmente acompanhada pela densidade populacional.

Seis das 18 freguesias em análise são áreas predominantemente urbanas (Areosa e Darque, em Viana do Castelo, Mar, Marinhas, Esposende e Fão, em Esposende), enquanto apenas duas (Carreço, em Viana do Castelo e Cristelo, em Caminha) são consideradas áreas predominantemente rurais. As restantes freguesias apresentam características de áreas medianamente urbanas.

No entanto, nem sempre é nas freguesias de maior concentração populacional que se verifica a maior concentração de alojamentos. Esta situação verifica-se fundamentalmente

| **Distribuição dos alojamentos**

nas freguesias com aglomerados urbanos de praia, onde no verão, a pressão urbanística provoca um crescimento, grande parte das vezes para mais do dobro da população residente. São exemplo desta situação as freguesias de Vila Praia de Âncora e Moledo, em Caminha, que apresentavam em 2001, uma população residente de 4688 para 4096 alojamentos e 1275 para 1581, respectivamente, a freguesia de Chafé, em Viana do Castelo, cuja população residente, de 2507 indivíduos apresentava valores consideravelmente inferiores ao número de alojamentos existentes 3415 e Fão em Esposende, que para 2843 indivíduos existiam 2152 alojamentos familiares.

De referir, que em 2001 a taxa de ocupação dos alojamentos familiares é igual ou superior a 90% nos três concelhos, porém, o peso que os alojamentos com uso sazonal ou secundário têm nos concelhos de Caminha é de 50% e em Esposende de 41%, enquanto em Viana do Castelo é de 27%.

A área de intervenção do Plano abrange, por isso, um conjunto de aglomerados, das mais diversas dimensões e características, de que se destacam pela maior dimensão e impactes paisagísticos os de Carreço (Montedor), Darque (Cabedelo), Chafé (Amorosa), Castelo do Neiva (Pedra Alta), no concelho de Viana do Castelo e Antas (Barca), Marinhas (Suave-Mar), Fão (Ofir) e Apúlia (Cedovém, Areia e Apúlia), em Esposende.

| **Caracterização dos aglomerados**

Nos aglomerados do Cabedelo, Carreço (aglomerado da praia) Pedra Alta (sul), Barca, Suave-Mar e Ofir, a tipologia da ocupação territorial foi efectuada em grandes lotes com habitações unifamiliares, apresentando uma utilização residencial, quase exclusivamente sazonal, sendo que em Ofir, o aglomerado da Bonança apresenta uma densidade totalmente desajustada ao seu enquadramento.

A habitação plurifamiliar, domina no aldeamento de Amorosa, onde a tipologia utilizada surge normalmente associada apenas a áreas urbanas consolidadas, assumindo, por isso, aqui uma desproporção demasiado evidente. Também no Cabedelo (Norte) e em Ofir, de que as “Torres de Ofir”, são um exemplo, são visíveis os impactes ambientais e visuais deste tipo de habitação.

Dentro da zona de intervenção, os aglomerados a sul de Amorosa, Pedra Alta, Pedrinhas e Cedovém, apresentam características semelhantes, quer pelas suas origens de pequenos

núcleos piscatórios, quer pela tipologia de ocupação do solo. Impera a desordem urbanística, provocada por um misto de moradias, armazéns de aprestos de pesca e restaurantes com qualidade física indescritível. O aglomerado de Pedrinhas, de construções circulares e quadradas, construídas de xisto talhado em pequenos blocos irregulares, apresenta menores impactes paisagísticos que os restantes.

A faixa marginal da Vila de Apúlia, incluída na área de estudo, apresenta um estrutura urbana clara. Não obstante, existem edifícios bastante degradados e toda a faixa se encontra sujeita a forte pressões, que passam pela intensa urbanização.

Em Montedor (moradias junto aos moinhos de ventos) e Antas (oeste) dominam as habitações unifamiliares de uso permanente, embora as de Montedor apresentem uma trama algo desorganizada e com características bastante rurais.

Pontualmente surgem ainda inseridas no Sítio Litoral Norte moradias isoladas ou em pequenos grupo. Várias destas construções, assim como a maioria dos aglomerados descritos, localizam-se junto à praia, em zona de risco elevado.

Embora não incluídos nos limites do sítio Litoral Norte, mas adjacente a este, surgem importantes centros urbanos, como é o caso de Moledo, Vila Praia de Âncora, Carreço, Esposende e Apúlia.

À semelhança do que ocorre ao nível do continente, também nos concelhos alvo de estudo se assiste a um envelhecimento da população.

| Características da população

No ano de 2004, o Concelho de Caminha apresentava o maior valor do índice de envelhecimento, 150,4% enquanto Viana do Castelo expressava um índice de 113,4%, e o concelho de Esposende representava um índice inferior à média nacional e da região norte, 66 idosos por 100 jovens.

Dos três concelhos, aquele que registou maior perda de população residente com idades inferiores a 14 anos foi Caminha, logo seguido de Viana do Castelo e Esposende (menos 24,2%, 20,6% e 13,9%, respectivamente). Por outro lado, e no que diz respeito ao aumento



de população com idades superiores a 65 anos, o comportamento é inverso ao anterior, já que desta feita era o concelho de Esposende a registar o maior aumento (31,0%) e o de Caminha o menor (23,6%).

O nível de instrução da população residente é bastante baixo, a maior frequência do nível de escolaridade é registada no ensino básico, atingindo uma frequência superior a 70%, nos três Concelhos, seguido do ensino secundário, com 10%, 13% e 15%, em Esposende, Caminha e Viana do Castelo, respectivamente.

Os Concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende apresentam taxas de analfabetismo idênticas, rondando os 7%.

O sector terciário predomina no tecido económico do território em análise, visto que emprega mais de 50% da população activa, empregada, nos três concelhos. Seguindo-se o sector secundário que representa 26% da população activa empregada em Caminha, 35% em Viana do Castelo e 43% no de Esposende, onde tem maior expressão. O sector primário é o menos representado, com apenas entre 3% e 7% da população activa, sendo mais representativo em Esposende.

| **Actividades económicas**

Pela forte vocação dos três concelhos para a actividade turística, assumem particular destaque as actividades ligadas ao turismo e comércio, o que em parte justifica a elevada percentagem da população activa empregue no sector terciário.

Segundo, a análise do quadro 2.2.a, os estabelecimentos hoteleiros apresentam taxas de ocupação muito reduzidas, não excedendo os 34%, porém durante os meses de Verão, é usual verificar-se um sobrelocação dos estabelecimentos existentes.

Quadro 2.2.a – Situação dos estabelecimentos hoteleiros em 2004

Unidade Geográfica	Capacidade de alojamento Lugares	Taxa de ocupação %
Caminha	684	-
Viana do Castelo	1215	24,9%
Esposende	960	33,8%

Fonte: Retratos territoriais, INE Portugal.

De facto, atendendo à forte concentração do turismo apenas no binómio sol/praias e à pouca diversidade turística, este apresenta um forte carácter sazonal.

Embora com um grande potencial paisagístico e uma situação geográfica que favorece a atracção turística, cultural, desportiva e de negócios nos três concelhos, estes não apresentam modelos de intervenção ajustados à possibilidade de desenvolvimento de grandes acções integradas. É notória a escassez de acompanhamento turístico, de parcerias de revitalização de actividades inter-concelhias, que promovam a realização de práticas de lazer devidamente organizadas nos três concelhos, assim como inexistência de material de divulgação/informação sobre esta faixa litoral.

Em termos de infra-estruturas de acolhimento, encontram-se inseridos no Sítio Litoral Norte os seguintes Parques de Campismo: da Orbitur, no Pinhal do Camarido, em Caminha; do Inatel e da Orbitur no Pinhal do Cabedelo, em Viana do Castelo; e o Parque de Campismo da Associação Recreativa e Cultural “Os Belinhenses” em Belinho, Esposende. Assim como o Hotel Ofir, e a Estalagem Parque do Rio, em Fão, concelho de Esposende.

Além do turismo, a agricultura, a pesca (marítima, estuarina, aquicultura-Afife) e a exploração mineira (Pedreira de Corgas – Chafé), representam actividades com importante peso na economia da área em análise.

As principais actividades tradicionais desta faixa litoral são as ligadas à pesca artesanal, apanha do sargaço e pilado e agricultura em masseiras.

| Actividades tradicionais

Os portos que concentram a maior percentagem da actividade piscatória local concelhia são o Portinho de Vila Praia de Âncora em Caminha, o Portinho de Castelo de Neiva em Viana do Castelo e o Portinho da Apúlia em Esposende

No que concerne à apanha do sargaço e pilado, actividade ligada também directamente ao mar e à agricultura, onde é utilizado, esta pode ser observada na Foz do Minho, na praia de Moledo, Castelo do Neiva, Pedrinhas e Apúlia. Em Viana do Castelo o sargaço depois de seco é particularmente mantido em medas e cobertos por telhados de estorno que por sua vez são fixos com pesos de pedra.

As únicas masseiras presentes no sítio litoral norte localizam-se na Apúlia. São campos agrícolas escavados nas dunas até perto do nível de água subterrânea, protegidos dos ventos e salugem marítima e fertilizados tradicionalmente por algas. A areia retirada do rebaixamento dos campos é utilizada na formação de taludes que funcionam como limites da parcela agrícola, que são depois utilizados também como zona cultivável, sendo ali plantada a vinha.

Atendendo ao forte potencial da área em análise para o turismo balnear, os equipamentos inseridos no sítio litoral norte destinam-se quase exclusivamente ao apoio desta actividade. Assumem frequentemente funções de apoio de praia e alguns dispõem de esplanada. Porém, salvo os de madeira ou os mais recentes os restantes apresentam fraca qualidade e encontram-se bastante desenquadrados na paisagem.

**| Equipamentos
e estruturas de
lazer**

Em Caminha, todas as praias são dotadas de parques infantis, com mobiliário tradicional e pavimentos adequados às brincadeiras infantis.

Inseridos no Sítio Litoral Norte encontram-se os campos de Jogos nos pinhais do Camarido, e Gelfa, e nos sistemas dunares em Areosa e Fão (complexo desportivo do Hotel Ofir), estes últimos, têm contribuído significativamente para a fragilidade do sistema dunar.

Em Vila Praia de Âncora, junto ao portinho de pesca existe um pequeno anfiteatro ao ar livre e na Praia Norte duas piscinas de marés. Os pinhais do Camarido e da Gelfa dispõem ainda de parque de merenda, ainda que o da Gelfa se encontre completamente degradado e vandalizado, assim como as restantes estruturas presentes no Pinhal, especificamente as do circuito de manutenção.

No Concelho de Caminha, os postos de turismo de Moledo e Vila praia de Âncora encontram-se inseridos no Sítio Litoral Norte.

De uma forma geral é notória a falta de áreas lúdico/recreativas, na faixa litoral, mais notória em Esposende, pelo que os veraneantes utilizam com frequência as áreas de pinhal com essa finalidade.

As praias concessionadas, circunscrevem-se às praias de areal, excepto a de Canto Marinho e do Rodanho, pelo carácter natural que encerram e a praia de S. Bartolomeu do Mar, que devido à forte erosão que apresenta tornou impeditivo o uso balnear.

A algumas praias estão associadas práticas desportivas, como o surf, kitesurf, windsurf e bodyboard (Moledo, Arda/Bico, Cabedelo e Ofir).

Toda a área em análise é potencialmente rica em património de diversa ordem, nomeadamente, arquitectura militar (fortes, fortim), arquitectura civil (moinhos, antigos abrigos de barcos e de utensílios para apanha do sargaço, e ponte), arquitectura religiosa (capelas) e arqueologia (pias salineiras e arte rupestre). | **Património**

Do conjunto dos seis fortes/fortins presentes no Sítio Litoral Norte, todos se encontram classificados, porém, a sua utilização actual é, na maioria devoluta e apresentam um nível de degradação acentuado.

Os moinhos de ventos e alguns dos antigos abrigos de barcos e utensílios para apanha do sargaço foram transformados em casas de praia. Apenas em Viana do Castelo, os moinhos de vento do Marinheiro e de Cima foram integralmente restaurados pela Câmara Municipal, para a educação ambiental, apresentando todo o sistema de moagem, incluindo as velas trapezoidais.

O artesanato e a gastronomia são muito ricos e variados, sentindo-se fortemente a presença e influência do mar e seus recursos. As festas e romarias realizam-se sobretudo nos meses de Verão e são na grande maioria aliadas à religião e ao culto.

De um modo geral, os concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende são servidos por alguns dos principais itinerários existentes na Região, o que lhe proporciona boas condições de acessibilidade. | **Transportes e acessibilidades**

Durante os últimos 5 anos, a rede de acessibilidades beneficiou de um incremento quantitativo e qualitativo muito significativo, principalmente com a construção da A27, A 11 e o prolongamento da A28 até Caminha.

Os Concelhos de Caminha e Viana do Castelo, são também servidos pela linha do Minho (Caminho de Ferro), que liga o Porto – São Bento à fronteira de Tuy e Valença.

No que diz respeito às acessibilidades inter-concelhias, destaca-se a N13, que liga os três concelhos, longitudinalmente.

As acessibilidades intra-concelhias efectuam-se através de estradas municipais, que apresentam alguma desorganização e degradação no litoral, principalmente nos acessos às praias, quando se cruzam ou terminam em caminhos de comunicação a campos agrícolas. O mau estado de alguns caminhos de serventia, que permitem a travessia perpendicular do litoral, constituem mesmo um factor condicionante da acessibilidade e segurança.

É notória a ausência de uma política integrada que contemple além do automóvel meios de transporte alternativos, muito mais ajustados aos objectivos de conservação da natureza e ao tão preconizado desenvolvimento sustentável.

No litoral dos três concelhos é clara a ausência de ciclovias, existindo apenas uma em Vila Praia de Âncora, mas com vários problemas. São ainda inexistentes, em quase todos os acessos às praias estacionamentos apropriados para bicicletas.

Apesar desta realidade, os três concelhos apresentam um grande potencial para a utilização da bicicleta e percursos pedonais ou deslocações a pé (existe um número considerável de praias urbanas, excelentes paisagens, declives muito suaves, temperaturas muito amenas, muitos veraneantes, entre outras).

A maioria dos parques de estacionamento encontram-se devidamente formalizados, bem organizados e dimensionados para a capacidade de carga dos ecossistemas, porém ainda existem zonas que não apresentam o estacionamento estruturado, tornando-se por isso, mais sensíveis à disseminação dos veículos, assim como ao estacionamento indevido.

Relativamente às placas de sinalização, é notória a sua reduzida presença e má localização das existentes. Necessitam de um tratamento na óptica do turista, por forma servir o fim a que se destinam.

Como principais fontes de poluição destacam-se nos três concelhos as vacarias, o recurso abusivo a nitratos, herbicidas, pesticidas e adubos, a ligação directa de esgotos individuais ou mesmo redes públicas de saneamento, a cursos de água, bem como de algumas indústrias.

Estas fontes de poluição, quando não controladas, tornam-se as principais responsáveis pela contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Dentro dos limites do Sítio Litoral Norte situam-se a bacia de infiltração da ETAR da Gelfa, a ETAR de Areosa, em Viana do Castelo e da Guilheta em Esposende. Quanto à recolha selectiva, na área sujeita a este plano, existe uma rede de ecopontos, presentes em todas as freguesias litorais e em todas as praias.

Em termos de qualidade das águas balneares, no ano de 2006, a totalidade das praias do Concelho de Esposende, apresenta pelo menos numa das análises o resultado aceitável. No concelho de Viana do Castelo, apenas a praia Norte apresenta uma concentração aceitável de coliformes, enquanto a praia de Vila Praia de Âncora ultrapassa os valores máximos aceitáveis em duas análises, o que levou à sua interdição durante a época banhar.

A Bandeira azul da U.E é um símbolo de qualidade. O galardão é atribuído anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental.

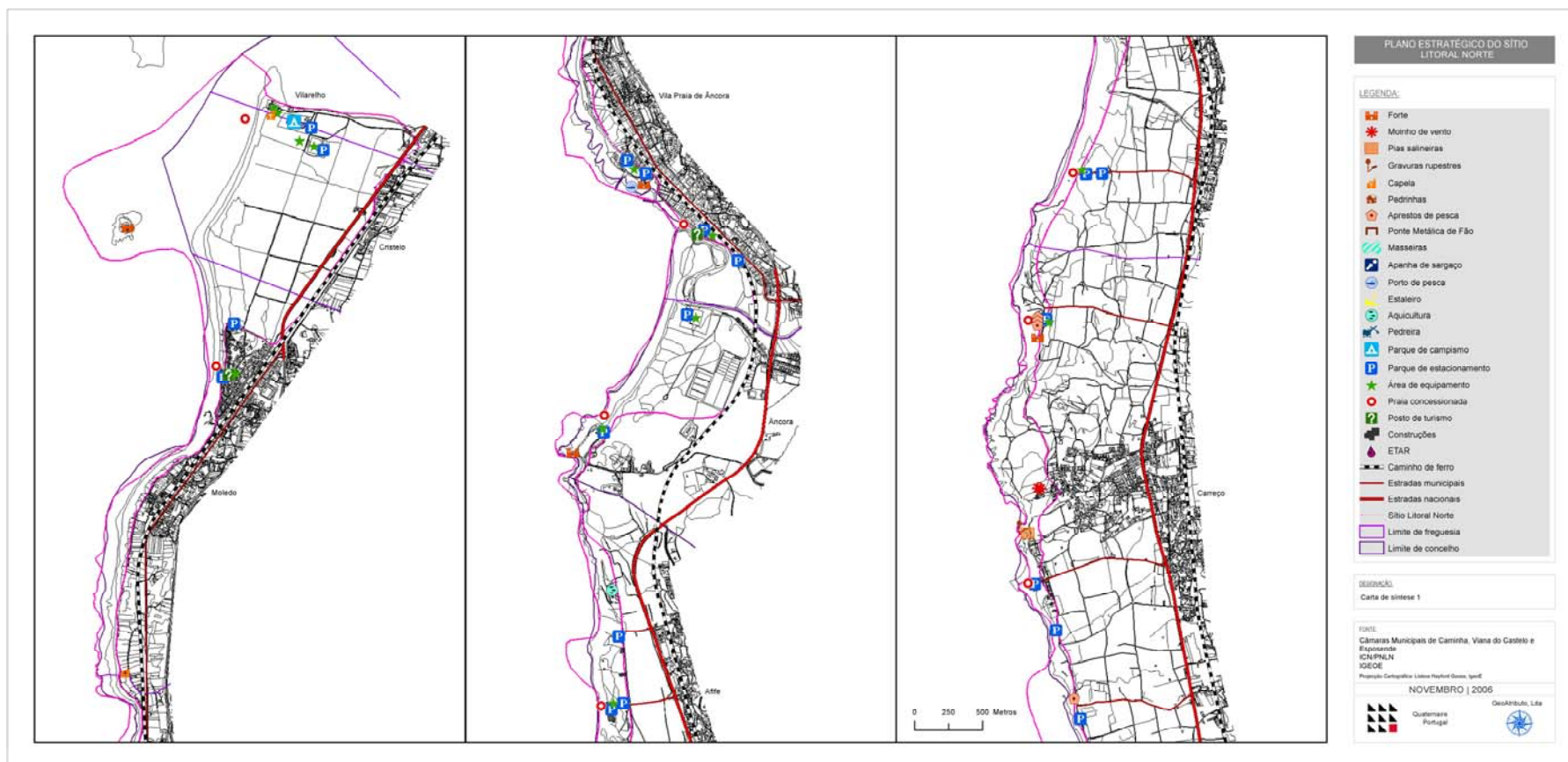
As praias incluídas neste plano que tiveram a atribuição de Bandeira Azul nos últimos três anos encontram-se discriminadas na tabela seguinte:

Quadro 2.2.b – Bandeira Azul				
Concelhos	Praias/Anos	2004	2005	2006
Caminha	Caminha	◆		◆
	Vila Praia de Âncora	◆	◆	
	Moledo	◆	◆	◆
Viana do Castelo	Afife	◆	◆	◆
	Arda	◆	◆	◆
	Paçô	◆	◆	◆
	Carreço	◆	◆	◆
	Cabedelo	◆	◆	◆
	Amorosa	◆	◆	◆
	Castelo de Neiva	◆	◆	◆
	Viana Marina	◆		◆
	Norte	◆	◆	
	Ínsua	◆	◆	
Esposende	Suave-Mar	◆	◆	◆
	Ofir	◆	◆	◆
	Cepães	◆	◆	
	Apúlia	◆	◆	◆

Fonte: <http://www.abae.pt/>

No Concelho de Viana do Castelo foi ainda atribuído o galardão de praias douradas, símbolo de elevado valor ambiental e grau de naturalização, às praias de Canto Marinho e Rodanho. Esta campanha foi interrompida em 2000. Porém, estas praias mantêm um ambiente muito natural, destacando-se das restantes do Litoral Norte.

2.2.1. CARTA DE SÍNTESE 1







2.3. CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA E AMBIENTAL

| Áreas
Classificadas

Parte da área do Sítio sobrepõe-se aos limites do Parque Natural do Litoral Norte e confina ainda com a Zona de Protecção Especial dos Estuários do Rio Minho e Coura e com os Sítios de Importância Comunitária Rio Minho e Rio Lima que fazem também parte da Rede Natura, tendo por isso uma classificação de âmbito internacional.

Situa-se numa estreita faixa da plataforma litoral, junto à linha de costa, baixa e arenosa, com relevo suave e altitudes normalmente inferiores aos 10 metros. As altitudes mais elevadas observam-se no promontório de Montedor, freguesia de Carreço e no sistema dunar de Anha-Darque, no concelho de Viana do Castelo e Belinho, no concelho de Esposende.

| Morfologia

O clima do Sítio Litoral Norte apresenta uma marcada influência atlântica, os Invernos são moderados, verificando-se temperaturas médias que oscilam entre os 9,5º e 10,4º e os Verões temperados, cujos valores médios mensais não ultrapassam os 20º. As amplitudes térmicas diárias e mensais tornam-se, por isso, pouco significativas. A humidade relativa é geralmente elevada, registando-se os valores mais elevados às 6h, com valores superiores a 86%, ao longo de todo o ano. A precipitação é abundante, registando uma precipitação média anual de 1200mm e relativamente bem distribuída ao longo do ano. Os ventos predominantes são do quadrante Norte e Sudoeste, ocorrendo ainda frequentemente brisas marítimas.

| Clima

Em termos geológicos caracteriza-se pela existência essencialmente de formações sedimentares, designadamente aluviões, areias e cascalheiras de praia, areias de dunas e depósitos de terraços de praias antigas e de terraços fluviais. Podem também encontrar-se outras formações, ainda que em pequenas áreas, como sejam a formação metamórfica, com quartzitos, formações xistosas e grauvacóides, e a formação ígnea, com granitos.

| Geologia

As principais unidades geológicas abrangidas são: Actual e Holocénico e Quaternário antigo, presente praticamente ao longo de toda a costa, numa estreita faixa, atingindo maior expressão da foz do Rio Neiva até Apúlia; o Silúrico, que apenas se encontra representado numa pequena mancha no estuário do rio Cávado; e o Ordovícico, presente entre Carreço e Areosa, em Viana do Castelo e entre Fão e Apúlia, em Esposende.

No Sítio Litoral Norte podem observar-se ainda pequenas áreas de granitos de duas micas hercínicos, de grão grosseiro, na antiforma de Viana do Castelo/Esposende, como são disso exemplo o espigão granítico de Montedor e o do Forte do Cão na Gelfa.

As formações da zona imersa datam do Precâmbrico e Paleozóico e são formadas pelo próprio soco xisto-granítico, tratam-se por isso de um prolongamento das do continente, constituídas por granitos e xistos sericito-cloríticos.

Para Granja (1998)³, os dados cronológicos disponíveis procuram evidenciar que na zona costeira se conservam indicadores de recuos do mar e avanços, de que o actual acontecimento transgressivo não é mais do que a repetição dos que nela ocorreram, mais do que uma vez, num passado recente.

Nos últimos 100 anos, e mesmo actualmente em muitos locais da faixa litoral, a aceleração da subida do nível do mar é bastante notória sendo no entanto, variável de local para local. As estimativas apresentadas consideram para o ano de 2100 uma subida entre os 144,4 cm e 345 cm (Hoffman, 1984, citado por Gaspar, 1986).

| Risco de erosão

Com a excepção das zonas rochosas referidas, que formam uma barreira natural contra o avanço do mar, o restante troço de costa encontra-se sujeito a processos erosivos graves. Alguns dos factos que denunciam esta erosão é o movimento da restinga do Cávado no sentido do continente, e o recuo acelerado das arribas e as escarpas de erosão, no sistema dunar. As áreas mais críticas localizam-se no concelho de Esposende, principalmente entre Antas e S. Bartolomeu do Mar e entre Ofir e Apúlia. É de igual modo bastante significativo em Castelo de Neiva, concelho de Viana do Castelo.

Deste recuo resultam problemas económicos e sociais como a destruição de vias de comunicação marginais, de habitações e de campos de cultura e a impossibilidade de utilização, para consumo, da água da toalha freática.

³ Granja, Helena (1998) Cronologia do sistemas dunares da zona costeira do Noroeste de Portugal, in: Seminário Dunas da zona costeira de Portugal, EUROCOAST-PORTUGAL, Leiria.

A rede hidrográfica no Sítio Litoral Norte é bastante densa, sendo constituída pelo sector terminal das bacias hidrográficas de importantes rios como: Minho, Lima e Cávado e, em menor escala, pelas bacias dos rios Âncora, Cabanas e Neiva.

| Hidrologia

Entre as bacias hidrográficas salienta-se a existência de várias linhas de água que desaguam também nesta faixa costeira e que formam uma rede apertada com maior incidência a Norte do rio Lima. No concelho de Esposende quatro das principais ribeiras, por apresentarem caudais irregulares e instáveis encontram-se regularizadas no sentido de proteger o sistema dunar.

Na área sujeita a este plano, domina a unidade pedológica Arenossolos. De uma maneira geral a terra apresenta muito melhor aptidão florestal do que agrícola. A faixa litoral na qual se insere o Sítio e adjacente apresenta um potencial florestal elevado a moderado, enquanto apenas numa estreita faixa a Norte do rio Minho os solos apresentam uma aptidão moderada para a agricultura. Porém, na Apúlia é praticado um tipo de agricultura, em masseiras, cujo saber permite a prática de uma hortícola mais intensiva.

| Solos

No Sítio foram identificados 20 tipos de *habitat*, presentes no Anexo I da Directiva 92/43/CEE, 11 tipos de habitats costeiros e vegetação halófila, 8 tipos de habitats Dunas marítimas e interiores e um tipo de habitats rochosos e grutas (tabela 2.3.a).

| Valores ecológicos
Habitats

Quadro 2.3.a – Habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Habitats costeiros e vegetação halófila	Águas marinhas e meios sob influência das marés	
	1110	Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda
	1130	Estuários
	1140	Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa
	1170	Recifes
	Falésias marítimas e praias de calhaus rolados	
	1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré
	1230	Falésias com vegetação das costas atlânticas e bálticas
	Sapais e prados salgados atlânticos e continentais	
	1310	Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas
	1320	Prados de <i>Spartina</i> (<i>Spartinion maritimae</i>)
	1330	Prados salgados atlânticos (<i>Glauco-Puccinellietalia maritimae</i>)
	Sapais e prados salgados mediterrânicos e termoatlânticos	

	1420	Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (<i>Sarcocornetea fruticosi</i>)
e marítimas	Dunas marítimas das costas atlânticas, do mar do Norte e do Báltico	
	2110	Dunas móveis embrionárias
	2120	Dunas móveis do cordão litoral com <i>Ammophila arenaria</i> (“dunas brancas”)
	2130*	Dunas fixas com vegetação herbácea (“dunas cinzentas”)
	2150*	Dunas fixas descalcificadas atlânticas (<i>Calluno-Ulicetea</i>)*
	2180	Dunas arborizadas das regiões atlântica, continental e boreal
	2190	Depressões húmidas intradunares
Dunas interiores	Dunas marítimas das costas mediterrânicas	
	2230	Dunas com prados da <i>Malcolmietalia</i>
	2330	Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>
Habitats rochosos e grutas	Florestas de Europa temperada	
	91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)
A negrito: habitats prioritários		

Fonte: Plano Sectorial da Rede Natura 2000, ICN

Três deste tipos de habitats são considerados prioritários:

- 2130* - Dunas fixas com vegetação herbácea (“dunas cinzentas”), representado na freguesia de Cristelo e Âncora, em Caminha, nas freguesias de Afife, entre Darque e Chafé e Castelo de Neiva, em Viana do Castelo e em toda a faixa litoral do concelho de Esposende, sendo que a mancha mais representativa se encontra entre Darque e Chafé.

- 2150* - Dunas fixas descalcificadas atlânticas (*Calluno-Ulicetea*)*, presente em Montedor (Carreço), concelho de Viana do Castelo e Antas, concelho de Esposende.

- 91E0* - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*), presente nas margens dos cursos de água permanentes.

Os tipos de habitats Dunas marítimas e interiores desempenham diversas funções ecológicas de grande importância. Permitem uma protecção adequada e ambientalmente integrada da orla costeira. Esta protecção é realizada a vários níveis, desde a fixação das dunas; à protecção contra os ventos; até à sua utilização como *habitat* para numerosas espécies ecologicamente importantes e sensíveis. Não descurando o seu interesse paisagístico, recreativo e económico.

Uma elevada percentagem dos *habitats* dunas marítimas e interiores são do tipo intervencionado, os quais são alvo, ou já foram, de factores de pressão que põem em causa a sua existência. Das principais agressões destacam-se as internas, ligadas à subida do nível do mar e consequente erosão, e externas, que passam pela construção de obras de engenharia costeira, a incorrecta edificação, a construção de infra-estruturas e equipamentos sobre o sistema dunar (campos de jogos, etars, ...), a sobreutilização de praias, com excesso de pisoteio e com a consequente destruição da vegetação, à extracção de areias, circulação de veículos motorizados e forte invasão por flora exótica.

Refira-se, contudo, que são evidentes as acções de protecção deste ecossistema, como a colocação de vedações, com o objectivo de restringir o acesso indiscriminado às praias, a instalação de passadiços elevados, para diminuir o pisoteio da vegetação, a colocação de paliçadas e plantação de vegetação, com o objectivo de formar novas dunas.

Estas acções, embora exemplares têm-se revelado, no entanto, ainda insuficientes. Nos sistemas dunares são visíveis áreas sem vegetação resultantes do frequente pisoteio, corredores eólicos e uma forte invasão por espécies exóticas como o chorão e as acácias, principalmente nas dunas de Moledo, Âncora, Afife, Castelo do Neiva, Pedra Alta, Ofir e Fagil.

Do Sítio Litoral Norte, o sistema dunar mais bem preservado encontra-se em Darque, em Viana do Castelo e em Antas e Belinho, em Esposende.

O mesmo se verifica na áreas de pinhal, onde apesar de serem visíveis algumas acções de limpeza, a falta de gestão de algumas manchas tem conduzido à ausência de regeneração natural dos pinheiros e à invasão por plantas infestantes. O resultado é uma fragilidade visual bastante elevada, com a vegetação a apresentar um estado de franca degradação.

No pinhal de Anha, a rede de caminhos também se encontra muito desorganizada contribuindo para aumentar o risco de incêndio.

O Pinhal da Gelfa é de todos os ecossistemas o que apresenta maior fragilidade, o seu estado é de total desleixo. O equipamento encontra-se vandalizado, as infra-estruturas degradadas e o ecossistema destruído, totalmente invadido por acácias e matos. Os

acessos à praia pelo pinhal, por passadiços, além de bastante degradados, constituem mesmo um perigo de utilização. Encontram-se pontualmente focos de lixo distribuídos por toda a Mata.

Os tipos de habitats costeiros e vegetação halófila e habitats rochosos e grutas conferem a esta faixa uma grande beleza e valor ambiental. Estas áreas ecologicamente sensíveis apresentam uma grande diversidade de biótopos. Encerram territórios de refúgio da biodiversidade por excelência e são várias as espécies que os utilizam regularmente como espaços de abrigo, reprodução ou alimentação. Desempenham igualmente outras funções de grande valor, como: o interesse recreativo, de que a navegação, pesca, mergulho, natação, canoagem, observação de aves, são apenas alguns exemplos; os benefícios culturais, através da recreação, conhecimento científico, educação e valor estético e as vantagens económicas.

Contudo, a poluição por produtos poluentes como hidrocarbonetos e por efluentes não tratados, assim como por introdução de espécies exóticas invasoras, por exemplo, através de águas de lastro; a pesca ou apanha por artes ou métodos que perturbam o fundo; a dragagem dos fundos marinhos, costeiros e estuarinos; as obras de engenharia costeira indutoras das alterações ao regime de correntes e dinâmica sedimentar; a limpeza desregrada das margens dos cursos de água; bem como a fácil acessibilidade à área de ocupação, com forte impacte negativo do pisoteio e do trânsito de veículos; ou a expansão urbano-turística, designadamente através de construções, portos, marinas, aterros têm contribuído para a destruição directa destes habitats.

Na zona de intervenção deste Plano, ainda que sem classificação existem outros habitats de grande valor paisagístico ou cultural, como são os campos agrícolas, que têm desempenhado e deverão continuar a desempenhar um importantíssimo papel na defesa de valores naturais da faixa costeira, constituindo zonas tampão em relação à ocupação indiscriminada do solo. Contudo, a pequena dimensão das parcelas e sua delimitação, normalmente efectuada por muros construídos por blocos de tijolo e cimento, assim como a presença de algumas barracas de chapa ou tijolo, criam um forte impacte visual e diminuem a qualidade paisagística dos campos agrícolas.

Os *habitats* presentes no Sítio Litoral Norte têm uma notável importância na conservação da fauna e flora albergando uma grande diversidade de espécies tanto no seu interior como áreas adjacentes. De especial interesse, destaca-se a *Jasione lusitanica*, única espécie da flora, do Litoral Norte, que consta do anexo II da Directiva 92/43/CEE. É uma espécie vulnerável, classificada por alguns investigadores como em perigo de extinção, apresentando uma população fragmentada. É um Caméfito herbáceo vivaz que ocorre em areais marítimos, especialmente na duna secundária ou na depressão entre as dunas primária e a secundária, geralmente em vegetação aberta. | **Flora**

Ao nível faunístico, de acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, das várias espécies de avifauna, mamíferos, anfíbios e répteis, além da fauna piscícola, que ocorrem no Sítio Litoral Norte, 8 constam do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro. | **Fauna**

Quadro 2.3.b – Espécies que constam do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005

CÓDIGO	Nome científico	Nome Comum	Espécie
1065	<i>Euphydryas aurinia</i>		Insecto
1102	<i>Alosa alosa</i>	sável	Peixe
1103	<i>Alosa fallax</i>	savelha	Peixe
1116	<i>Chondrostoma duriense</i>	Boga-comum	Peixe
1095	<i>Petromyzon marinus</i>	Lampreia-marinha	Peixe
1106	<i>Salmo salar</i>	Salmão do Atlântico	Peixe
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	Lagarto-de-água	Anfíbio
1355	<i>Lutra lutra</i>	Lontra	Mamífero

Fonte: PSRN2000

O sítio litoral norte, considera-se portador de um moderado a elevado valor paisagístico, pela presença e diversidade dos valores naturais e dos centros urbanos nele presentes que ainda testemunham as actividades que aí se foram desenvolvendo ao longo do tempo (as comerciais, piscatórias, agrícolas e, mais recentemente, as balneares). | **Paisagem**

Porém, é a recente humanização da área que tem contribuído para a degradação da paisagem e desqualificação dos espaços. Os empreendimentos de turismo balnear muito raramente têm a qualidade urbanística desejável. A construção de estradas paralelamente ao mar foi um factor indutor de novas urbanizações. As lixeiras informais, os esgotos, as

ETAR's e a habitação clandestina, são problemas graves responsáveis pelo mau aproveitamento dos recursos naturais.

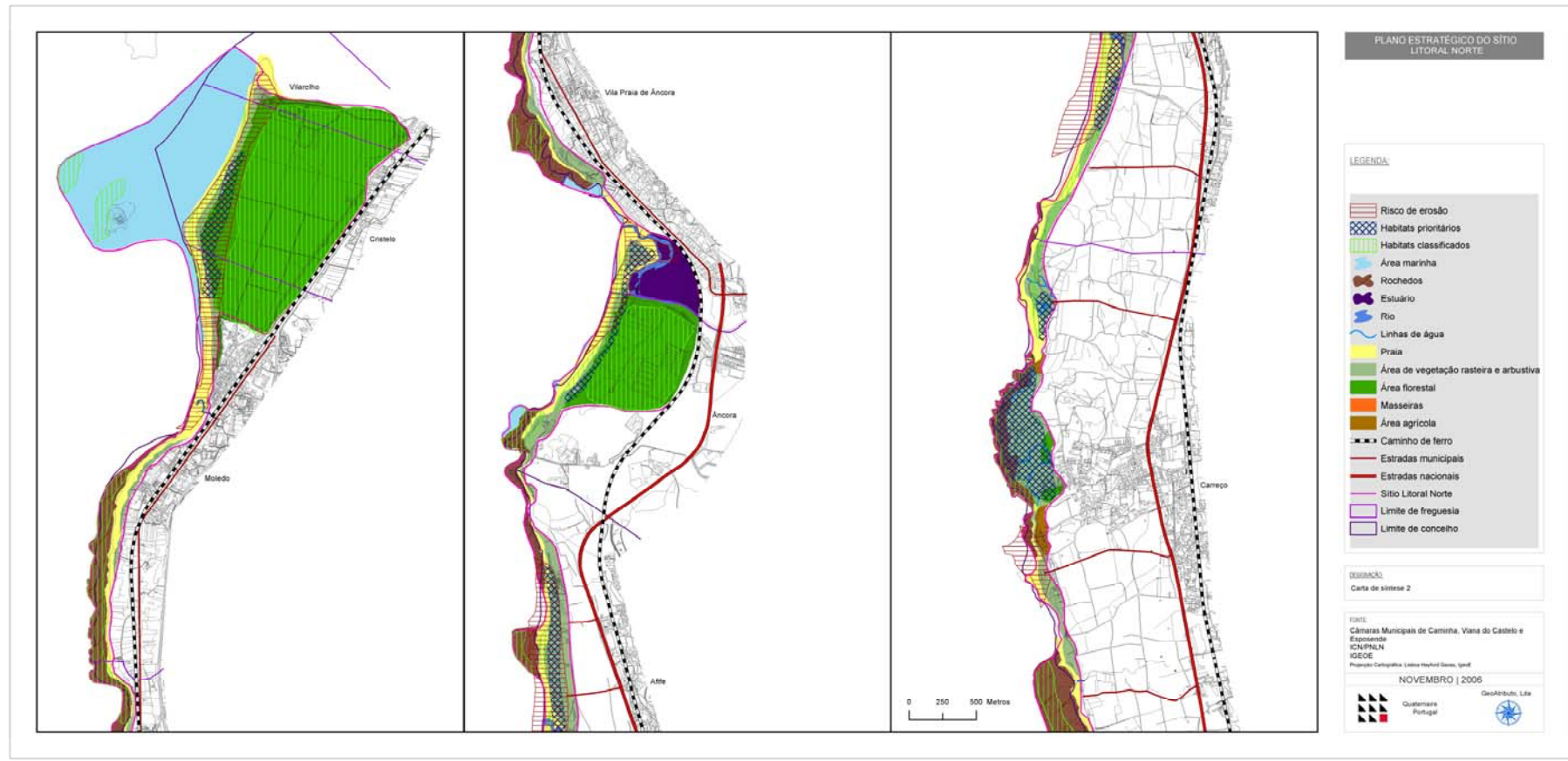
Do exposto, torna-se clara a necessidade da conservação da faixa litoral, extremamente sensível ao nível ambiental e de valor patrimonial colectivo incalculável. Pelo que, é um dever indeclinável dos gestores deste território, o fomento da sensibilização ambiental, estreitamente ligada aos novos conceitos de salvaguarda do património ambiental e seu usufruto.

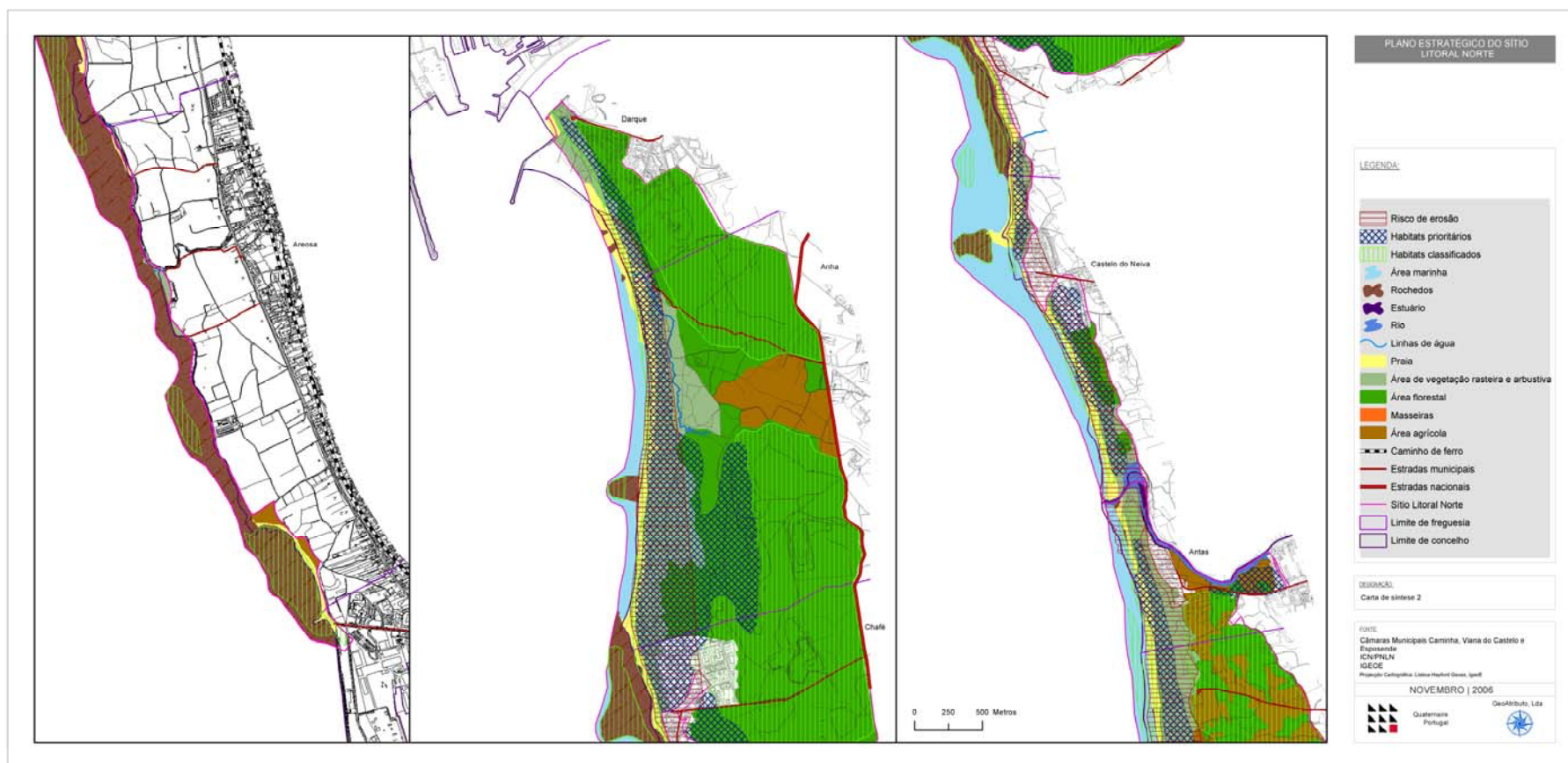
| **Informação/
sensibilização**

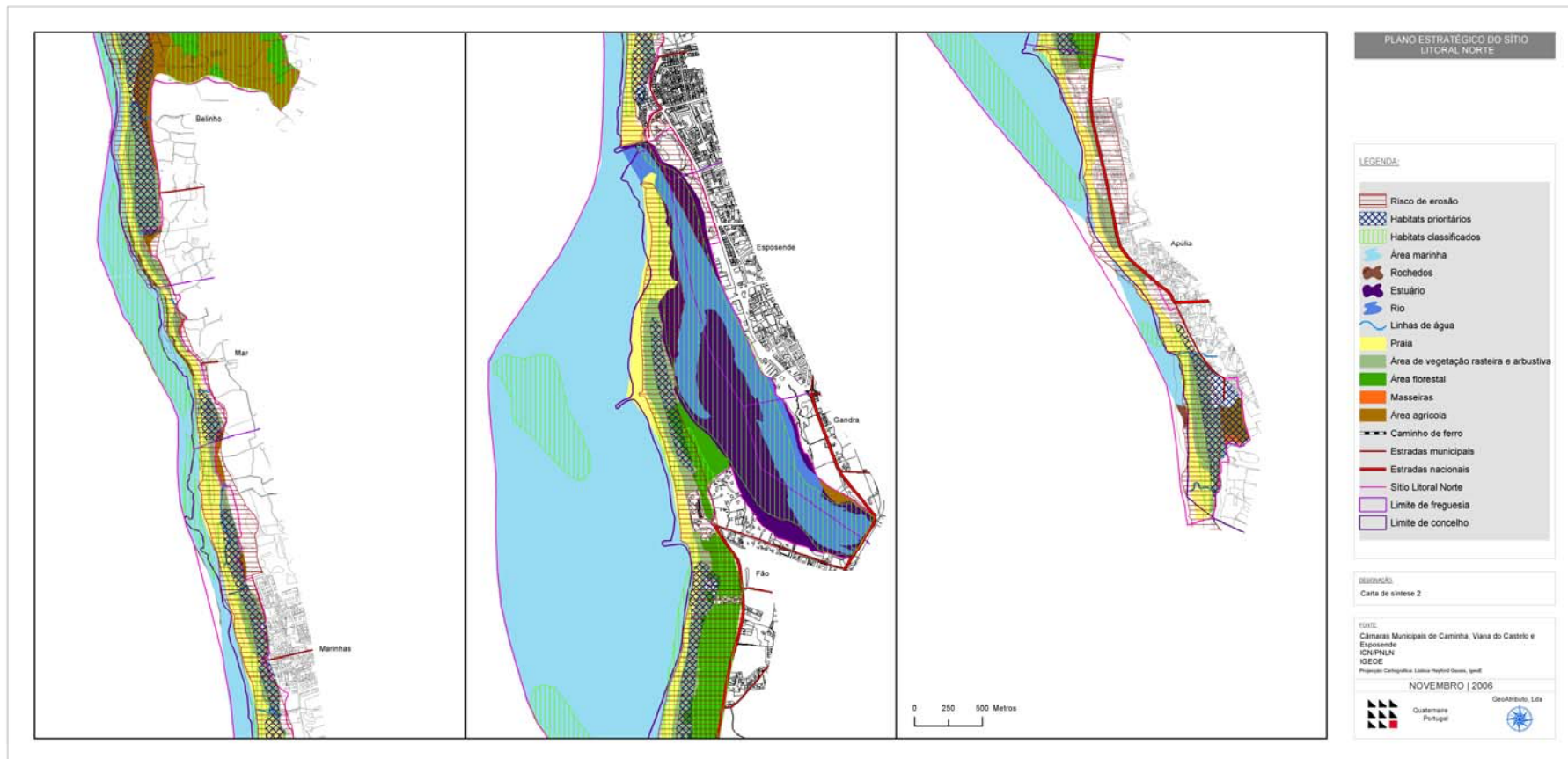
A este nível, salienta-se, porém, a ausência de um padrão de sinalização e divulgação. No concelho de Esposende, encontram-se as placas informativas mais apelativas e de conteúdo melhor enquadrado, no entanto, também neste, o estado adiantado de degradação das placas informativas é contraproducente com a conservação da natureza.

É ainda patente a necessidade de equipamentos de informação ambiental, bem como o melhoramento das infra-estruturas de informação e sensibilização.

2.3.1. CARTA DE SÍNTESE 2







2.4. CARTA DE SÍNTESE FINAL

A carta de síntese final, que define as áreas prioritárias de conservação, intervenção e requalificação, é o resultado do cruzamento das cartas de síntese 1 e 2.

Esta carta, compreende diferentes níveis com base na ponderação atribuída à importância de cada situação dentro do ecossistema em que ocorre.

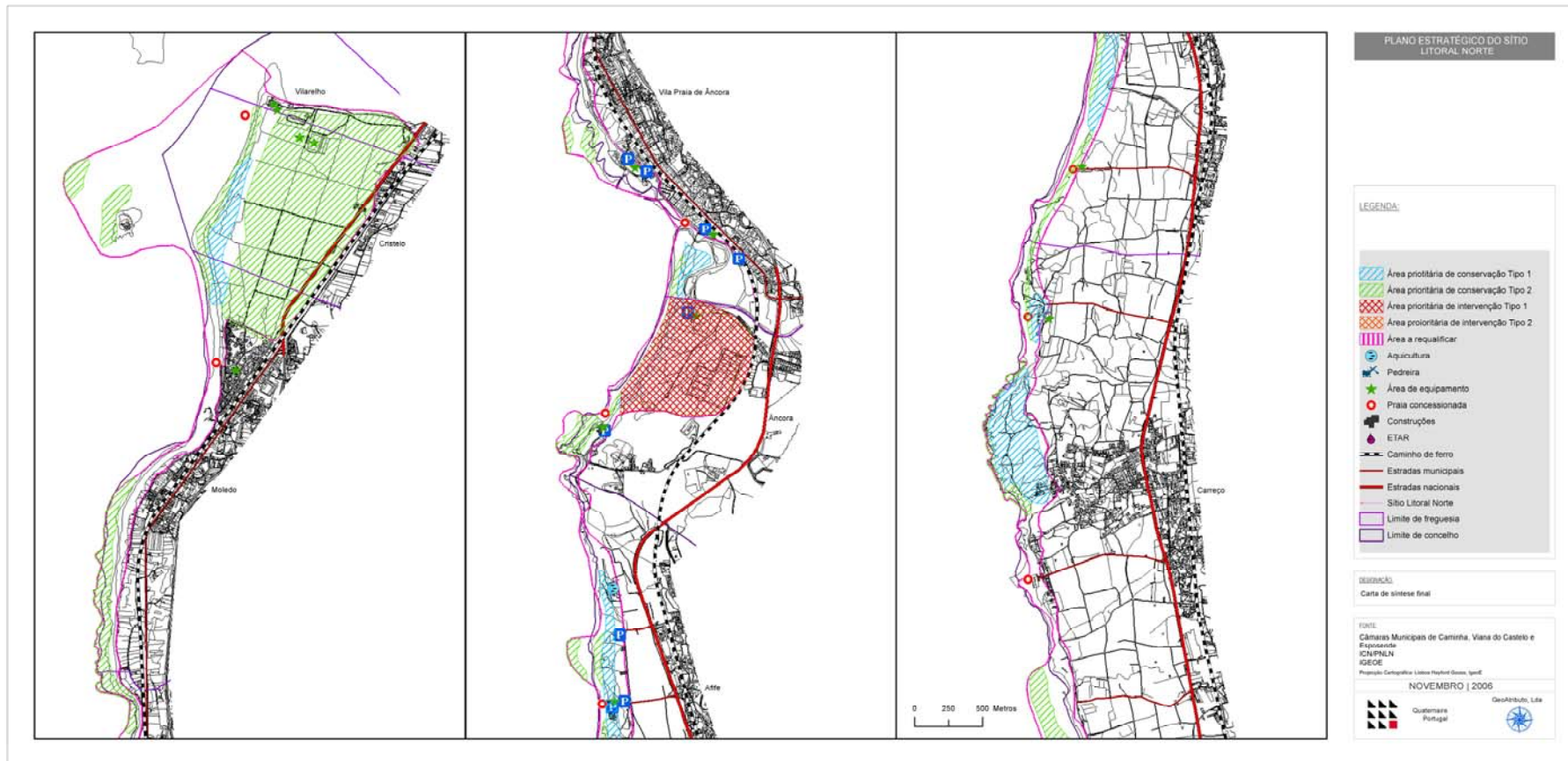
Assim, o zonamento das áreas de **Conservação prioritárias** aplicou-se em áreas em que ocorrem habitats presentes no Anexo I da Directiva 92/43/CEE, sendo que se privilegiaram com um nível de protecção Tipo 1 os habitats prioritários, atribuindo-se aos restantes habitats uma classificação de nível 2. A gestão destas áreas deve ter como principais objectivos a conservação dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a conservação da biodiversidade e contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos.

O estatuto de **intervenção prioritária** aplicou-se nas áreas em que ocorrem habitats presentes no Anexo I da Directiva 92/43/CEE que carecem de salvaguarda, recuperação, reabilitação ou valorização.

A intervenção prioritária de tipo I circunscreve-se a habitats debilitados que carecem de recuperação, como o Pinhal da Gelfa, que apresenta um avançado estado de degradação e os pinhais de Anha e Chafé, nos quais, a pedreira de corgas e unidade fabril comportam significativos impactes ambientais e paisagísticos. A intervenção prioritária de tipo II abrange os habitats que se encontram ameaçados por pressões urbanas como as provocadas pelos aglomerados de Darque, Amorosa, Castelo do Neiva, Suave-Mar e Ofir. Estas áreas apresentam características particulares, que requerem ou exigem intervenções, que nalguns casos poderão assumir alguma intensidade. A sua gestão deve ter como objectivos prioritários a recuperação e a inversão do dinamismo das transformações a que foram sujeitas.

A delimitação de áreas de **requalificação** aplicou-se em ecossistemas que embora não se localizando em habitats prioritários, apresentam importantes valores naturais e paisagísticos cujo significado e importância, se encontram ameaçados, como é o caso do campo de

futebol no sistema dunar de Areosa e os aglomerados na Apúlia. A classificação destas áreas tem como principais objectivos compatibilizar os valores naturais e paisagísticos com a intervenção humana. Deste modo, torna-se fundamental a valorização, manutenção e compatibilização dos diferentes usos com a conservação da natureza.





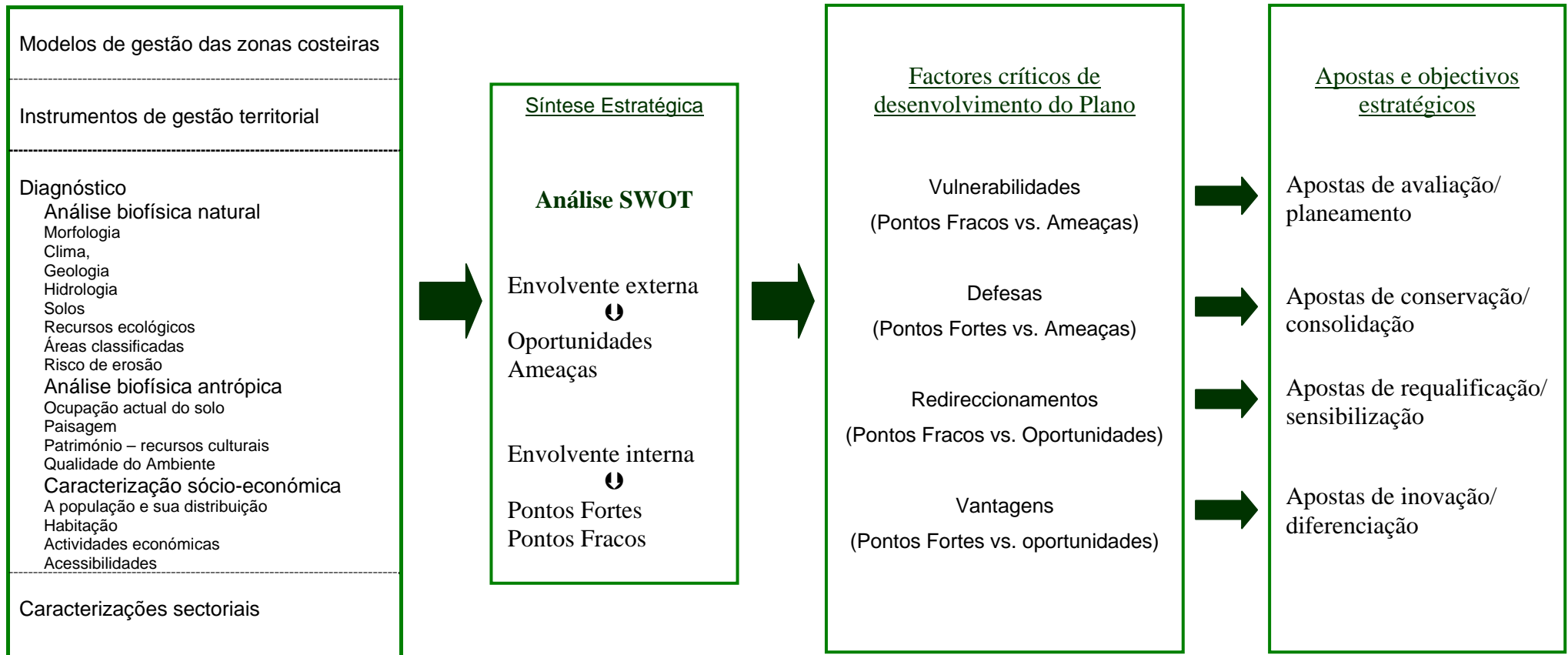


3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O presente capítulo constitui-se como o corolário sintético de todas as análises produzidas, não só na primeira fase de caracterização e diagnóstico, mas também do exercício de reflexão e sintetização que resultou na síntese de caracterização apresentada no capítulo anterior.

Desta forma, e como se pode comprovar pela leitura do guião metodológico apresentado em seguida, este capítulo deverá alcançar três objectivos centrais: em primeiro lugar, a sistematização de uma base coerente e estruturada de conhecimento geral, de um conjunto de realidades, apresentadas sob a forma de “oportunidades e ameaças”, “pontos fortes e pontos fracos” (análise SWOT – **síntese estratégica**). Após estarem definidos os factores internos e externos, que pela positiva e negativa, melhor caracterizam a área de estudo e a sua envolvente física, relacional e institucional, serão identificados os **factores críticos de desenvolvimento do Plano**. Estes resultarão da leitura cruzada dos pontos fortes e fracos com as oportunidades e ameaças, sob a forma de vulnerabilidades (pontos fracos a que correspondem ameaças), defesas (pontos fortes a que correspondem ameaças), redireccionamentos (pontos fracos a que correspondem oportunidades) e vantagens (pontos fortes a que correspondem oportunidades). Finalmente, começa-se a entrar no desenho da estratégia de intervenção propriamente dita, nomeadamente através da definição das **apostas e objectivos estratégicos** para uma mais eficaz gestão, promoção e conservação do Litoral Norte, consequência directa dos factores chave definidos previamente.

Por forma a garantir alguma coerência da estratégia definida no âmbito deste Plano com outras estratégias, já em curso, de diferentes âmbitos (nacionais, regionais, municipais ou sectoriais) e campos de actuação (desenvolvimento sustentável, ordenamento, gestão territorial, entre outros), e servindo de antemão como uma primeira validação desta mesma estratégia (não retirando a pertinência da validação do documento por parte do PNLN e dos municípios de Viana do Castelo e Caminha), será elaborada para a versão final do estudo uma matriz de cruzamento das apostas e objectivos estratégicos do presente Plano com os diversos objectivos e apostas dos restantes documentos estratégicos de referência.



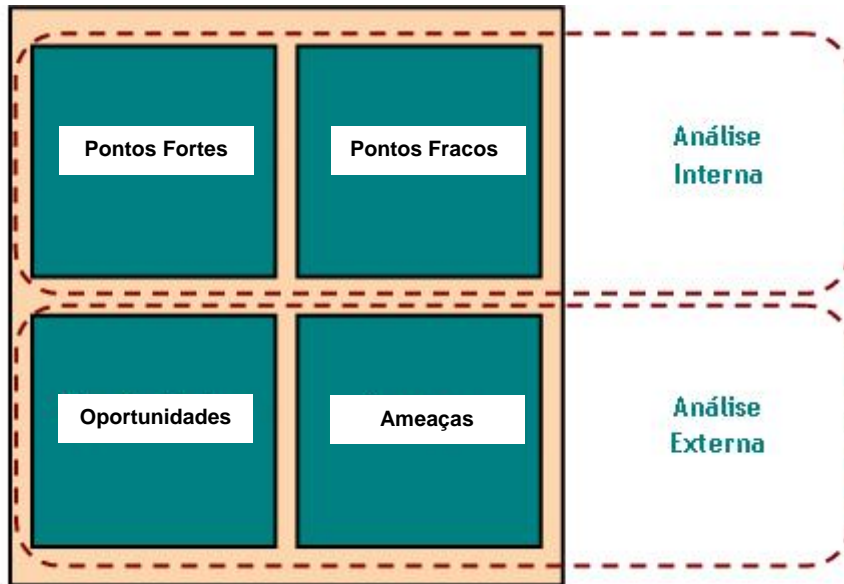
3.1. SÍNTESE ESTRATÉGICA

Como já foi referido anteriormente, na síntese estratégica procura-se identificar os factores internos e externos, que pela positiva e negativa, melhor caracterizam a área de estudo e a sua envolvente física, relacional e institucional, apresentados sob a forma de “oportunidades e ameaças”, “pontos fortes e pontos fracos” (matriz SWOT).

A discriminação das oportunidades e ameaças, pontos forte e fracos combina duas escalas de análise essenciais:

- por um lado, a componente **endógena** do desenvolvimento, traduzida em:
 - **PONTOS FORTES** (valores próprios positivos do território que contribuem para sua distinção) – deverão ser potenciados;
 - **PONTOS FRACOS** (valores próprios negativos que determinam a degradação do território) – deverão ser minimizados.

- e por outro, o contexto territorial **externo**, que se divide entre:
 - **OPORTUNIDADES** (factores externos que poderão potenciar as características próprias do território) – deverão ser aproveitadas;
 - **AMEAÇAS** (factores externos que poderão contribuir para a desagregação e a degradação da integridade e dos valores existentes) – deverão ser contrariadas.

Configuração da Matriz SWOT

Deste modo, apresenta-se em seguida a análise SWOT para o território em estudo.

Oportunidades

O espaço de intervenção integra-se num sítio da Rede Natura 2000 (sítio Litoral Norte), o que subentende o elevado interesse dos valores ambientais em presença.

Parte do sítio Litoral Norte integra-se no Parque Natural do Litoral Norte, o que pressupõe a existência de um organismo local com competências directas na sua gestão.

A existência de um Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e de um POOC que define as regras de uso do solo e indica as principais intervenções a concretizar.

A vontade política de intervir e o entendimento entre MAOTDR, o PNLN e as Autarquias em relação aos objectivos de intervenção.

A atractividade das cidades de Caminha, Viana do Castelo e Esposende como um espaço urbano e balnear com qualidade e forte tradição no contexto da região norte.

A imagem e a qualidade urbana dos centros históricos de Caminha, Viana do Castelo e frente urbana de Esposende.

As verbas disponibilizadas através de um novo Quando Comunitário de Apoio (QREN) que permitem investimentos no litoral e área de risco, em montantes bastante significativos.

Boas acessibilidades (N13, A28, A11, A3, e Caminhos de Ferro).

Situação geográfica que favorece a atracção turística, cultural, desportiva e de negócios.

Diversidade de Portos de pesca, comerciais, de recreio e marinas.

Aumento do peso demográfico com médias superiores à nacional nos três concelhos, principalmente em Esposende.

A sensibilização ambiental, de um número crescente de indivíduos.

Excelentes condições para o turismo de natureza e actividades de animação.

Ameaças

O deficit aluvionar existente na costa Norte portuguesa e que tem vindo a provocar elevadas taxas de recuo da linha de costa nos últimos anos.

Recuo pronunciado da linha de costa, principalmente em Esposende.

A possibilidade de rotura da restinga de Ofir colocando em risco a zona húmida interior do estuário e a frente marginal da cidade de Esposende.

Falta de medidas de discriminação positiva, nacional, para os municípios com maior incidência de áreas classificadas, integradas na rede fundamental de Conservação da

Natureza (Caminha: ZPEs – Estuários dos rios Minho e Coura, ZEC – Estuário do Rio Minho, Sítio Litoral Norte e Serra d’ Arga; Viana do Castelo: ZEC - Estuário do rio Lima , Sítio Litoral Norte e Serra d’Arga; Esposende: PNLN e ZEC - Sítio Litoral Norte).

Os modelos de intervenção prosseguidos não se têm ajustado à possibilidade de desenvolvimento de grandes acções integradas.

O declínio das actividades primárias na estrutura económica nacional, que também se reflecte na área de intervenção.

Falta de parecerias para o sucesso de actividades de revitalização.

Inexistência de qualquer empresa/instituição que promova a realização de práticas de lazer devidamente organizadas nos três concelhos.

Interdependência elevada do turismo balnear, o que provoca uma forte sazonalidade.

Falta de compatibilização entre a actividade turística e a conservação do património natural, paisagístico e cultural.

Escassez de actividades de acolhimento e acompanhamento turístico.

Falta de espaços de recreio, lazer e descanso em contacto com a natureza, já infra-estruturados.

O intenso pisoteio a que está sujeito o cordão dunar em todo o troço em estudo devido à procura balnear e desportiva (campos de futebol – Areosa e Ofir), à ocupação residencial/turística, ETARs (Âncora e Areosa), Aquacultura (Afife), e às actividades de apanha do sargaço e pesca.

Envelhecimento da população.

Poluição do mar, por produtos poluentes (e.g. hidrocarbonetos).

Extracção de areias e inertes nos rios, estuários e sistemas dunares.

Inexistência de uma faixa de protecção do litoral (não urbanizável), principalmente em Caminha e a sul do Cávado (Esposende).

Pontos Fortes

Bom entendimento entre o PNLN e as Câmaras Municipais de Caminha, Viana do Castelo e Esposende.

A robustez do cordão dunar em Darque, Viana do Castelo, e em Antas e Belinho em Esposende.

A existência de afloramentos rochosos em Moledo, Vila Praia de Âncora e a sul de Âncora (Caminha), a norte de Afife, Carreço e Areosa (Viana do Castelo), Antas e Apúlia (Esposende) que formam uma barreira natural contra o avanço do mar.

Areal relativamente consolidado, nas praias de Caminha, Darque e Anha (Viana do Castelo) e praia de Suave-Mar, nas Marinhas e da Ramalha na Apúlia (Esposende).

Qualidade cénica elevada de Cristelo (Caminha), Carreço, Anha (Viana do Castelo) e Belinho (Esposende)

Boa integração ambiental das praias e sistemas dunares com as áreas de Pinhal (Camarido, Darque, Anha, Cepães e Fão) e as áreas agrícolas na restante área.

Potencial florestal elevado.

O Galardão da bandeira azul nas praias Caminha, Moledo, Afife, Arda, Paçô, Carreço, Cabedelo, Amorosa, Castelo de Neiva, Viana (Marina), Suave-Mar, Ofir e Apúlia.

Ações de recuperação do sistema dunar, através de paliçadas, vedações e passadiços.

Dinâmicas demográficas concelhias e dinâmicas económicas da envolvente regional (favorável).

Existência de produtos turísticos do tipo atracção única na região Norte (Surf e Bodyboard – Praia de Arda/Bico).

Grande quantidade e diversidade de produtos artesanais.

Existência de tradições populares com interesse.

Existência de alguns edifícios com interesse arquitectónico que poderão desempenhar funções chave na recuperação de todo o litoral (fortes, moinhos de vento, Institutos de Socorros a Náufragos).

Boas acessibilidades na direcção Norte-Sul.

Pontos Fracos

Fraca qualidade urbana de alguns aglomerados (Vila Praia de Âncora, Cabedelo, Amorosa, Castelo do Neiva, São Bartolomeu do Mar, Pedrinhas e Cedovém).

Existência de edificações e aglomerados em zona de manifesto risco nomeadamente sobre o cordão dunar, provocando alterações à evolução natural do sistema e induzindo o pisoteio.

Torres de Ofir com um perfil e uma cêrcea pouco aceitável numa Área Protegida.

Existência de áreas de expansão junto ao mar (Moledo) e licenciamentos para áreas de risco junto à Sra da Bonança.

As novas construções na envolvente da Área de intervenção correspondem a projectos imobiliários e não turísticos.

Alguma degradação dos valores naturais/ambientais existentes, decorrente de modelos de intervenção urbana desajustados.

Estacionamentos de praia não delimitados e regularizados.

Fraca qualidade dos restaurantes e esplanadas próximos da praia.

Mobiliário urbano de apoio à praia de baixa qualidade visual, sobretudo em Esposende.

Degradação acentuada das condições de equilíbrio natural do Pinhal da Gelfa e do Pinhal de Ofir.

Existência de corredores eólicos e de intenso pisoteio nas dunas.

Insuficiente rede de passadiços sobreelavados em alguns troços.

Grande proliferação generalizada de infestantes nos pinhais e sistemas dunares.

Inexistência de corredores delimitados (com excepção de Cedovém) para a passagem dos tractores de sargaceiros e pescadores.

Obras de engenharia costeira (paredões, molhes, pontões e esporões) indutoras de alterações ao regime de correntes e à dinâmica sedimentar.

Localização de alguns equipamentos e infra-estruturas sobre o cordão dunar: os campos de futebol de Areosa e Ofir, e a unidade de aquacultura de Afife.

Sobre-utilização de algumas praias.

Problema de conflito de usos no Cabedelo: usos turístico, residencial e de apoio ao Porto.

Incapacidade das infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água na época de maior pressão turística (principalmente em Vila Praia de Âncora) .

Estrutura social da população residente caracterizada por uma pertença actividade agrícola e piscatória, sendo por isso, pautada por certas condições de vulnerabilidade social.

Declínio das actividades com ligação directa ao mar.

A existência de uma grande extensão de terrenos com autos de delimitação do domínio público, ou seja, parcelas do litoral que são pertença de privados.

Inexistência de estudos aprofundados da procura e oferta turística neste território

Ausência de equipamentos de informação ambiental.

Pouca quantidade de produtos turísticos certificados (principalmente gastronomia e artesanato).

Problemas de sinalização e rede de caminhos de acesso à praia desorganizada.

Inexistência de vias e estacionamento para bicicletas, principalmente em Viana do castelo e Esposende.

Inexistência de um sistema de indicadores da biodiversidade e rede de monitorização.

Inexistência de planos de acção para uma adequada protecção, prevenção e socorro dos ecossistemas costeiros e marinhos.

Falta de estudos sobre o meio marinho.

Poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

3.2. FACTORES CRÍTICOS DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO

Depois da identificação dos factores internos e externos, que pela positiva e negativa, melhor caracterizam a área de estudo e a sua envolvente física, relacional e institucional, ficam criadas as condições para definir os factores críticos de desenvolvimento do Plano.

Este passo resultou do cruzamento dinâmico da análise interna e externa apresentada no ponto anterior, dos vectores previamente analisados e prospectivamente estudados. A matriz seguinte ilustra a forma de procedimento para a identificação destes factores.

Factores Nucleares de Desenvolvimento

		ENVOLVENTE EXTERNA	
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
SITUAÇÃO INTERNA	PONTOS FORTES	VANTAGENS COMPETITIVAS	CAPACIDADES DE DEFESA
	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES DE REORIENTAÇÃO	VULNERABILIDADES

A estratégia agora desenhada para a faixa litoral norte, em estudo, deverá então conter respostas adequadas a cada um dos quadrantes definidos. A saber:

- as principais e salientes **vantagens** competitivas a maximizar, por conferirem a este território um posicionamento estratégico privilegiado;

- as principais capacidades de **defesa** a promover, traduzindo a necessidade de mobilizar condições internas no sentido de minimizar os impactes decorrentes de ameaças externas;
- a identificação das oportunidades ainda sub-aproveitadas, justificando a concretização de necessidades de **reorientação** do processo de desenvolvimento deste território;
- as suas **vulnerabilidades** a combater, resultantes de ameaças para as quais se detecta uma menor capacidade de resposta interna.

Desta forma, e após uma reflexão crítica e integrada por parte da equipa técnica sobre o período de diagnóstico e síntese estratégica, foram identificados os seguintes factores chave deste Plano:

Vantagens

Elevado potencial paisagístico, natural e cultural

Conjuntura política interna favorável para o fortalecimento da articulação institucional entre as entidades com responsabilidade no litoral norte

Boas condições de acessibilidade (rodoviária, ferroviária e pedonal)

Dinâmica turística local e regional consolidada

Redireccionamentos

Necessidade e pertinência do desenvolvimento de estudos de monitorização e divulgação

Possibilidade de recuperação dos espaços naturais degradados

Ausência de qualidade urbana e de espaços de fruição urbana e balnear

Ameaças antrópicas aos sistemas dunares e áreas de pinhal

Possibilidade de aproveitamento de fontes de financiamento emergentes do novo QREN, subaproveitados no anterior período de programação

Defesas

Bom entendimento entre as entidades públicas que actuam no Sítio Litoral Norte, apesar da fraca articulação macro-institucional (pública, mas também privada/ cooperativa).

Existência de barreiras naturais que permitem contrariar a erosão estrutural da faixa costeira.

Preservação dos valores naturais e patrimoniais do Sítio face à elevada sazonalidade da procura

Vulnerabilidades

Fraca estruturação da oferta turística

Declínio das actividades primárias

Conflitos entre os diferentes usos natural, residencial, turístico e de apoio às actividades económicas

Grave recuo da linha de costa

Como se poderá observar no ponto seguinte, estes elementos revelaram-se determinantes para a definição da estratégia de intervenção a propor para toda a faixa litoral aqui em estudo.

As apostas e objectivos estratégicos que se sucedem são consequência directa dos factores chave agora expostos.

3.3. APOSTAS E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Finalmente, começa-se a entrar no desenho da estratégia de intervenção propriamente dita, nomeadamente através da definição das apostas e objectivos estratégicos para uma mais eficaz gestão, promoção e conservação do Litoral Norte, consequência directa dos factores chave de desenvolvimento identificados no sub-capítulo anterior.

Como se pode verificar pela análise do guião metodológico apresentado no início do presente capítulo, considerou-se oportuno fazer corresponder a cada um dos grupos dos factores críticos de desenvolvimento do Plano uma tipologia de aposta de intervenção, correspondendo, por sua vez, a cada tipologia de aposta um conjunto de objectivos específicos de acção, que permitirão concretizar a estratégia que agora se define para este território. Desta forma obteve-se a seguinte estrutura de apostas e objectivos estratégicos:

APOSTAS DE INOVAÇÃO/ DIFERENCIAÇÃO

Esta aposta vem de encontro à necessidade de se potenciarem as **vantagens** competitivas deste território, tentando orientar a estratégia de intervenção para soluções inovadoras e que permitam dotar o território de características diferenciadoras, que o tornem único e atractivo.

Objectivos específicos:

- Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território;
- Associar à vocação natural do Sítio as vertentes culturais e patrimoniais de qualidade;
- Promover a mobilidade sustentável.

APOSTAS DE REQUALIFICAÇÃO/ SENSIBILIZAÇÃO

Surgem associadas à necessidade de **reorientar** o processo de desenvolvimento do litoral, aproveitando as dinâmicas externas favoráveis. A tónica terá então que ser dada a processos de regeneração, qualificação e valorização de espaços naturais e patrimoniais, sem esquecer a vertente de sensibilização e informação.

Objectivos específicos:

- Regenerar e qualificar os espaços ambientais degradados;
- Recuperar e valorizar o património cultural;
- Promover a informação e sensibilização ambiental;
- Produzir, organizar e monitorizar o conhecimento sobre a dinâmica costeira;
- Desenvolver uma oferta ambiental complementar ao uso balnear.

APOSTAS DE CONSOLIDAÇÃO/ CONSERVAÇÃO

Decorrem da necessidade de **consolidar** as dinâmicas positivas internas, quer do ponto de vista da gestão e articulação institucional, quer do ponto de vista conservação dos valores naturais e culturais.

Objectivos específicos:

- Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da orla costeira, com garantias internas de capacidade de intervenção e de negociação, e garantias externas de controlo e fiscalização;
- Recuperar e proteger activamente os sistemas dunares de forma a aumentar a sua capacidade de resposta perante situações de maior pressão.

APOSTAS DE AVALIAÇÃO/ PLANEAMENTO

Com esta aposta pretende-se, em primeiro lugar, obter conhecimento fundamentado sobre as principais **vulnerabilidades** a que este território se encontra sujeito, para em seguida se avançarem com medidas correctivas que permitam contrariar estes elementos menos positivos. Em nosso entender, estas medidas serão, fundamentalmente do âmbito do planeamento e gestão territorial.

Objectivos específicos:

- Projectar para o Litoral Norte um modelo de desenvolvimento turístico compatível com a qualidade e sensibilidade da sua envolvente;
- Criar condições para a preservação das tradições e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector primário;
- Avaliar as potencialidades dos desportos náuticos como alavanca para a promoção da imagem deste território;
- Qualificar os espaços urbano-marítimos por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.

O capítulo seguinte apresentará o caminho para a concretização da estratégia agora proposta.

4 . C O N C R E T I Z A Ç ã O D A E S T R A T É G I A

A concretização da estratégica do Plano Estratégico do Sítio da Rede Natural Litoral Norte, pretende criar as bases para uma nova cultura do planeamento da faixa costeira, baseada numa visão que privilegie o conhecimento, a multidisciplinaridade, a integração, a avaliação permanente e a participação; que tenha como prioridades a recuperação e requalificação de áreas degradadas em detrimento do crescimento indiscriminado e desqualificado; a recuperação e revitalização do património e a criação de percursos pedonais e cicláveis integrados numa estratégia de mobilidade sustentável.

As intervenções/acções propostas partiram da intenção, para a valorização da zona costeira, das entidades envolvidas neste Plano (Câmaras Municipais de Caminha, Viana do Castelo e Parque Natural Litoral Norte), das necessidades e oportunidades presentes no território e dos projectos realizados ou em execução, de forma a enquadrá-las no modelo proposto.

A visão estratégica constitui um documento que permite delinear as orientações a seguir com o objectivo de conduzir o litoral dos concelhos, em análise, para o melhor futuro possível, constituindo uma ferramenta de planeamento útil para o período 2007-2013.

Optou-se por dividir este capítulo em duas partes: uma primeira em que se descreve a componente temática e territorial da intervenção e uma segunda em que são descritos os projectos, com um cariz mais operacional para a concretização da estratégia.

4. 1. UMA ESTRATÉGIA TEMÁTICA

De forma a destacar a lógica de integração pretendida e a dotar as estruturas de trabalho de objectivos comuns, optou-se por definir uma amplitude de temas, com grande transversalidade para cada uma das quatro apostas fundamentais.

Assim, foram definidas temáticas, que embora com lógicas e âmbitos distintos para cada aposta, em que se torna perceptível a sua missão individual e o seu grau de importância, é possível a sua complementaridade, num conjunto de acções transversais.

As principais temáticas definidas foram:

Apostas estratégicas	Principais temas de intervenção	
Apostas de avaliação/planeamento	Avaliação prospectiva e planeamento	Estudos de caracterização e suporte à gestão territorial; Instrumentos de gestão territorial.
Apostas de consolidação/conservação	Ações integradas de conservação do património litoral	Gestão institucional coordenada e articulada; Conservação do património natural.
Apostas de requalificação/sensibilização	Reabilitação integrada e qualificação do património cultural e paisagístico	Regeneração e qualificação de espaços ambientais degradados; Recuperação e valorização do património cultural; Promoção da informação e sensibilização ambiental.
Apostas de inovação/diferenciação	Promoção da mobilidade sustentável	Ciclovia; Percurso pedestres/de natureza.

4.1.1. AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E PLANEAMENTO

A missão que corresponde à temática “avaliação prospectiva e planeamento” visa a elaboração de estudos que permitam projectar o Litoral Norte para o topo nacional de turismo alternativo, mais consciente e activo quanto à preservação ambiental e a intervenção em áreas de qualificação urbana prioritária, através da elaboração de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que visem a valorização destas zonas quanto à melhoria da sua imagem por forma a criar lugares de eleição para viver, trabalhar e visitar.

O troço costeiro em análise apresenta uma enorme fragilidade, com o agravamento progressivo da situação de risco. Têm contribuído para o aumento dessa fragilidade o declínio das actividades tradicionais, os conflitos entre os diferentes usos e a fraca estruturação da oferta turística. Causas que evidenciam a necessidade da concepção de estudos que apoiem a realização de uma gestão sustentada mais eficaz dos seus recursos.

Na área em análise existe uma patente carência de estudos, nomeadamente os que contemplem:

- a promoção de um turismo que responda a motivações diversificadas - no sítio litoral norte, o turismo é intensamente concentrado no binómio sol/praias, o que provoca uma forte sazonalidade, com consequências económicas, ambientais e sociais. Porém, a diversidade de recursos culturais, naturais e paisagísticos oferecidos pelo território em análise encontra-se subaproveitada. Torna-se assim prioritária a investigação e a promoção sustentável de atractivos que permitam a combinação do turismo balnear com outros tipos de turismo, com menores impactes ambientais, como o turismo de recreio, de repouso, cultural, de natureza e desportivo
- a manutenção da identidade social e económica – apesar do declínio das actividades ligadas ao sector primário, estas ainda continuam a ser um factor de apropriação do território pelos residentes, o que juntamente com a existência de tradições locais constituiu um factor de diferenciação perante terceiros que importa destacar no contexto desta intervenção.

- o aproveitamento das potencialidades dos desportos náuticos – a área litoral em análise é particularmente rica em condições propícias à prática destes desportos, existindo locais de excelência para o surf, bodyboard, windsurf, assim como diversos clubes de vela, windsurf, canoagem e remo, além de portos de recreio/marinas, que importa valorizar, aproveitar e destacar em contextos regionais, nacionais e internacionais.

As estratégias, para serem racionalmente definidas, devem assentar em diagnósticos e estudos específicos, pelo que só a realização destes estudos conduzirá à existência substancial de dados e informação disponível, permitindo assegurar que as políticas de gestão sejam as mais apropriadas e que as intervenções tenham os efeitos previstos/esperados.

É ainda uma prioridade desta acção inverter as pressões turísticas e urbanas exercidas nos núcleos urbanos do Cabedelo, Amorosa, Pedra Alta, Suave-Mar, Ofir e Apúlia que acarretaram o risco de destruição dos habitats e dos recursos básicos da zona costeira e, com eles, a capacidade dessas zonas para desempenharem muitas das suas funções essenciais, reduzindo a qualidade de vida dos residentes. Pelo que se torna fundamental a elaboração de Planos de Pormenor, que permitam a adopção de regras de uso do solo conducentes à recuperação/reutilização/requalificação destes aglomerados.

Atendendo ao facto de que se encontram em execução os planos de pormenor do Núcleo de S. Bartolomeu do Mar, Apúlia e Ofir, previstos no plano estratégico do litoral do concelho de Esposende entre S. Bartolomeu do Mar e Apúlia, serão propostos planos apenas para as restante áreas.

Finalmente, prevê-se ainda a elaboração de um plano de recuperação da pedreira de Corgas, em Chafé, Viana do Castelo. A pedreira de Corgas encontra-se assumida pelo PDM como área de extracção de inertes. Porém, e uma vez incluída no sítio Litoral Norte, importa assegurar a sua recuperação paisagística, com soluções que conciliem interesses económicos, naturalmente legítimos, com a imperativa e prioritária requalificação da área de grande valor natural.

4.1.2. ACÇÕES INTEGRADAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO LITORAL

De todos os problemas com que se debatem os ambientes costeiros, a perda de habitats é o mais importante. Vastas áreas do Sítio Litoral Norte são anualmente ameaçadas com a abertura da época balnear.

O actual modelo de gestão do litoral, distribuído por um conjunto diversificado de organismos, é um dos aspectos mais inibidores da gestão integrada e sustentável desta faixa costeira, tornando-se ineficaz, sobretudo na resolução dos casos mais complexos, como a integração estratégica de intervenções prioritárias, como a erosão, as pressões do litoral, as intervenções em aglomerados urbanos de forte utilização sazonal e os focos de poluição.

Este aspecto, é fundamental, uma vez que, muito raramente, a dinâmica e diversidade física próprias da zona costeira adere às fronteiras administrativas existentes ou com elas coincide. Apenas a assumpção do território em análise como um *continuum* garante a sua sustentabilidade.

Neste sentido, e atendendo ao bom entendimento entre as autarquias de Caminha, Viana do Castelo e Esposende com o PNLN, propõe-se a realização de duas medidas principais, de forma a garantir a realização de acções estratégicas, coordenadas e concertadas ao nível local e regional:

- o alargamento do Parque Natural do Litoral Norte para Norte, abrangendo a totalidade do Sítio Litoral Norte de forma a diminuir a sobreposição de competências e a permitir a conservação dos valores naturais, culturais e paisagísticos presente no Sítio Litoral Norte;
- a criação de uma plataforma de diálogo/gabinete coordenador que vise o aumento da cooperação e articulação institucional, através do estabelecimento de um fórum, seminários, exposições que assegurem a integração de políticas e garanta a sua concretização, participação e divulgação.

É ainda prioridade desta acção a mitigação ambiental dos efeitos da sazonalidade, através de acções de recuperação e processos de protecção activa dos sistemas dunares.

4.1.3. REABILITAÇÃO INTEGRADA E QUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E PAISAGÍSTICO

As intervenções no domínio da “reabilitação integrada e qualificação do património cultural e paisagístico” prendem-se principalmente com as seguintes acções:

A - Regeneração e qualificação de espaços ambientais degradados

Com as intervenções programadas pretende-se a compatibilização da utilização das áreas de pinhal e praias com a conservação da natureza e os valores da paisagem, através de actividades de recreio e lazer que constituam factor de demonstração de um modelo de desenvolvimento sustentável.

➔ Os pinhais são importantes ecossistemas da área de intervenção, que se vêm degradando por causas naturais, como a proliferação de exóticas e a falta de renovação de espécies e por causas antrópicas.

Para estes habitats propõe-se a criação de mecanismos de utilização que passam pela delimitação de áreas para a recuperação e conservação do biótopo e criação de condições para a sua fruição através de áreas de repouso, parques de merendas e circuitos de manutenção ambientais.

Tal propósito envolve necessariamente a aquisição de alguns dos terrenos, excepto no pinhal da Gelfa, cuja gestão é pública.

Os projectos de abate, reflorestação e erradicação de exóticas terão que envolver necessariamente os proprietários, num projecto a ser liderado pelas câmaras municipais, PNLN ou a longo prazo pelo gabinete coordenador.

Os equipamentos de repouso, merendas e os circuitos de manutenção deverão motivar as actividades pretendidas, ser cuidadosamente concebidos, atendendo a que sejam resistentes ao vandalismo; facilmente mantidos em boas condições de limpeza e conservação aparente; funcionar como interessantes elementos de arranjo ambiental e paisagístico, predominantemente pedonais e assegurar a integridade física dos seus utentes, assim como permitir actividades sob diversas condições climáticas, devendo por isso oferecer estrategicamente abrigos.

As áreas de repouso e de merendas deverão ser arborizadas, de maneira a que se criem barreiras naturais evitando o sobreaquecimento e o excesso de vento, fixando poeiras e aumentando a eficiência da drenagem pluvial.

Os aparelhos a conceber para os circuitos deverão estar adaptados para diferentes faixas etárias (crianças, adultos e idosos) e utilizar material de madeira resistente ou matérias mais inócuas que se enquadrem na paisagem.

Os pinhais da Gelfa, Darque/Anha/Chafé e Ofir são os que reúnem maior número de requisitos para a intervenção, devendo a prioridade concentrar-se no pinhal da Gelfa, pelo estado avançado de deterioração e abandono em que se encontra.

➔ As praias são unidades fundamentais de toda a intervenção, por serem o principal factor de atracção da faixa litoral. Porém, uma vez que o POOC contempla as intervenções necessárias, devem as mesmas concretizar o preconizado nos planos de praia que integram o referido plano.

Do exposto ressaltam-se as acções a implementar nas praias de Afife e Apúlia que visam a sua valorização através de equipamentos vocacionados para o público infantil, de forma a dotar estas áreas com uma imagem diferente da actual, mais atractiva e convidativa à distracção e relaxamento além de criar novas áreas-chave para a divulgação.

No desenvolvimento destes espaços deverão ser considerados os seguintes aspectos:

Devem oferecer as condições de arranjo do espaço natural e de protecção física das crianças, adequadas ao seu respectivo nível etário e características sócio-culturais, assim como aos objectivos de formação e socialização visados.

Devem ser executados sempre que possível sob critérios anti-vandalismo, seguros mesmo quando danificados, física e psicologicamente motivadores dos jogos e actividades a que se destinam e esteticamente atraentes mas visando apenas os seus verdadeiros utentes.

Atendendo ao microclima local, devem assegurar uma protecção específica e eficaz contra os excessos climáticos (ex: com telheiros amovíveis).

➔ Num época em que é notório o aumento da procura de um turismo de qualidade, para todos, vocacionado para a descoberta e contemplação do património natural, pretende-se criar em Darque, com a reabilitação do edifício “Luzia-Mar”, um projecto que venha a constituir-se como referência e catalizador de boas práticas.

O objectivo é transformar o “Luzia-Mar” num Hotel vocacionado para as necessidades específicas dos portadores de deficiência, física, mental, visual ou auditiva, ao nível de infra-estruturas, atendimento e entretenimento. O Hotel deverá ainda dispor de uma sala de exposições que permita a realização de vários eventos e exposições, em vários níveis e formatos, como o *Braille*.

Pretende-se tirar partido da envolvente paisagística, de um ambiente calmo e aprazível, da proximidade da APPCDAM, instituição que poderá prestar diversos tipos de apoio, aliada a um segmento de turismo “praia acessível para todos”.

B - Recuperação e valorização do património cultural

Na área de intervenção existe um conjunto diversificado de património construído, como fortes, moinhos, aprestos de pesca que, embora se apresentem, na maioria, dotados de estatuto de protecção encontram-se devolutos e bastante degradados.

Atendendo ao interesse arquitectónico dos fortes, e à sua localização estratégica na faixa litoral, estes serão elementos prioritários de recuperação para a implementação de centros de monitorização e interpretação.

A recuperação do restante património versará sobre a criação de centros de artes tradicionais e casas de abrigo/retiro.

➤ É frequentemente reconhecido que a falta de compreensão, percepção e conhecimento, quer da complexidade dos ecossistemas oceânicos e costeiros, quer do real impacte e consequências das actividades humanas, ou ainda, da difícil avaliação do potencial das actividades económicas, dificulta em muito a tomada de decisão, pelo que a criação de um centro de monitorização seja um aposta prioritária deste plano.

Embora a monitorização de parâmetros biofísicos seja fundamental, torna-se também necessário considerá-la numa perspectiva global de gestão, como a avaliação e acompanhamento dos programas/projectos e acções desencadeadas. Pelo que se sugere o seguinte centro de monitorização, a implementar no Fortim de Areosa, com duas tarefas principais:

- Centro de monitorização ambiental que se prende com a observação das características intrínsecas biológicas, físico-químicas e microbiológicas dos ecossistemas presentes e visa a produção de conhecimento acerca da dinâmica litoral, de forma a minorar as lacunas e informação resultantes de estudos pontuais e dispersão de dados no tempo e no espaço.

Os estudos científicos terão que envolver necessariamente acordos e parcerias com Laboratórios do estado e universidades, instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

Salienta-se porém, a existência de propostas contidas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e nos Planos de Bacia Hidrográfica, a monitorização das Zonas Balneares, o Plano Nacional de Monitorização da Zona Costeira e as recentes propostas do projecto MONAE com as linhas de orientação da monitorização de qualidade da água e ecologia da zona costeira.

- Centro de monitorização de apoio à gestão costeira com o objectivo de monitorizar as acções decorrentes dos programas/projectos implementados ou a implementar.

Deverá existir uma íntima ligação entre as duas actividades, por forma a criarem-se planos de acção mais adequados de protecção, prevenção e socorro dos ecossistemas costeiros e marinhos. Só será possível determinar o nível de adequação das políticas à mutabilidade dos sistemas, se for permitida uma intervenção atempada, de acordo com as necessidades de alteração, correcção, revisão ou mesmo suspensão do processos de planeamento em curso.

Faria todo o sentido, que uma vez criado o centro de monitorização, fosse aqui instalada a plataforma de diálogo/gabinete coordenador.

➤ Os museus tiveram desde sempre um papel, extremamente importante como centros de investigação e divulgação, assim como de preservação de uma memória viva do passado.

O Litoral Norte é particularmente rico em imóveis de arquitectura militar que tiveram um papel fundamental na defesa do litoral e do próprio país, cuja história é importante conhecer e divulgar.

Pelo que se visa a recuperação do forte da Ínsua, em Caminha, para a criação de um centro interpretativo ligado à temática da engenharia portuguesa de fortes, não só em Portugal, mas também no Brasil, África e Ásia.

A sua localização tem uma dupla perspectiva: por um lado a difícil acessibilidade que é característica dos fortes, e por outro o perfil transfronteiriço, voltado para o exterior, aproveitando a proximidade à Galiza.

Além do museu deverá ser criado um espaço para exposições temáticas (por exemplo: Macau, cultura portuguesa no oriente), em que poderá ser fomentada a troca de material entre museus.

⇒ Os centros de interpretação ambiental desempenham importantes tarefas de gestão dos visitantes. Pelo que se optou por situá-los em Esposende, no Forte de Esposende, lugar com forte potencialidade para atrair um grande número de visitantes, ao longo de todo o ano, e em Viana do Castelo, no Forte do Paçô pela localização em pleno areal e perfeitamente enquadrado numa paisagem natural.

Estes centros, por um lado, devem cumprir diversas funções: atrair o visitante, persuadi-lo para que participe em actividades que se encontrem a decorrer (exposições, trabalhos laborais, oficinas temáticas...) e conseguir que saia dali muito melhor informado. Por outro lado, devem dispor de uma componente interpretativa sólida que ajude os visitantes a compreender o significado do espaço em que se encontram, oferecendo-lhes simultaneamente para a sua conservação. Finalmente, devem ainda acompanhar projectos de Educação Ambiental em colaboração com escolas e acompanhamento de visitas.

Por outro, devem manter-se ligados às actividades agro-marítimas, com uma componente museológica e um centro de Ciência Viva.

⇒ Pretende-se criar com os centros de arte tradicionais espaços dinamizadores da comunidade local, privilegiando-se os artesãos, pescadores e agricultores, contribuindo para as necessidades de lazer e formação destas faixas da população. Deve privilegiar projectos que contribuam para a formação de uma identidade e preservação das tradições locais, para o encontro, conhecimento e diálogo de culturas, através de publicações, exposições, oficinas, workshops, acções de formação.

Pode ainda conter uma vertente museológica ilustrativa da ligação secular da área com o rio e o mar. A sua localização deve privilegiar a recuperação de um edifício degradado mas com interesse arquitectónico em Castelo de Neiva e Apúlia.

⇒ O moinhos de vento de Areosa, Apúlia e o forte do Cão deverão ser recuperados para oferta de alojamento turístico nas modalidades de casa de abrigo/repouso. Este tipo de

alojamento goza já de alguma tradição no norte do país e conta actualmente com uma nova vaga de oportunidades que vão de encontro às necessidades de uma procura cada vez maior e exigente, às quais se junta a necessidade de conservação do património histórico edificado.

C - Promoção da informação e sensibilização ambiental

A informação a produzir deve proporcionar a interpretação do meio aos visitantes e população residente, de modo a estimulá-los a aprender e a valorizar mais o que vêem. A interpretação é fundamental para transmitir o significado de um lugar e justificar a necessidade da sua conservação. Um programa de interpretação ambiental implica: a determinação cuidadosa dos temas da interpretação, a eleição dos meios para representar esses temas, a escolha do material e a avaliação da apresentação.

Foram duas as estratégias definidas para este tema:

➔ Criar um padrão de placas de sinalização e painéis de divulgação

As placas de sinalização devem permitir uma correcta orientação na exploração do destino. Neste domínio, a sua implementação deve constituir-se como um vector estruturante da promoção turística e ser alvo de atenção particular.

É fundamental a coerência global do sistema de sinalização, pelo que se torna necessário o estabelecimento de protocolos com as autarquias, associações de diversa natureza e outras entidades relevantes públicas e privadas de que se devem destacar os empreendimentos hoteleiros e outros equipamentos de vocação turística.

Os painéis de divulgação devem ser orientados para um conjunto de temas-chave relacionados com os aspectos do património natural e cultural. Atendendo à diversidade de aspectos que estes temas abrangem, os mesmos podem apresentar distintos graus de interesse, de âmbito local até um interesse internacional. Pelo que os painéis de divulgação devem focar este significado adaptado não só ao visitante, mas também à comunidade local.

- Produção de guias de campo, brochuras informativas, folhetos sobre itinerários, mapas.

A informação ambiental produzida constitui um vector de actuação estratégica da máxima importância, na medida em que contribuirá de uma forma decisiva para uma sociedade mais consciente e informada e, deste modo, mais atenta para a necessidade de uma gestão sustentada do ambiente.

Porém, é essencial que a informação ambiental seja produzida e divulgada de uma forma rigorosa e actual, tendo em conta os diversos destinatários, como forma mais eficaz de reforço da participação dos cidadãos, ONG e da sociedade civil em geral.

A informação a produzir, deverá ser concebida de uma forma coordenada, de acordo com planos previamente desenhados e acordados entre as diversas entidades responsáveis pela gestão do território em análise.

4.1.4. PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Pretende-se com o modelo de desenvolvimento proposto, alcançar a tão preconizada sustentabilidade. Para tal, não podia deixar de ser ponderada uma nova política, que atenda aos interesses das populações, residente e visitante, através de uma oferta de novas soluções de mobilidade que contribuam para a adopção de um modelo regional mais compatível com o ambiente.

Deste modo, torna-se urgente a implementação de um conjunto alternativo de vias de comunicação e, simultaneamente, dotar o litoral de infra-estruturas para o uso da bicicleta associadas ao desporto, lazer e turismo, assim como de uma rede de percursos pedestres, destinados a unir todas as unidades territoriais, que para além de conferirem uma lógica agregadora de toda a intervenção, contribuirá para reforçar as condições de fruição dos valores ambientais presentes.

➔ Rede ciclável do Litoral Norte

A ciclovia a desenvolver deve ligar os três concelhos (Caminha, Viana do Castelo e Esposende) e ser programada no sentido de intervir e requalificar o espaço público, através de uma estrutura de referência, capaz de produzir uma imagem clara, onde a atribuição de valores, significados e símbolos aos elementos que constituem a paisagem, sejam factores fundamentais para a sua melhor compreensão e utilização.

Deve garantir a acessibilidade e universalidade de usuários, sem limitações de idade ou capacidade física: visitantes, residentes, pessoas com mobilidade reduzida (especialmente deficientes motores, idosos e crianças) e a circulação comum de pedestres e ciclistas, pelo que terá de ser segura, fácil e acessível.

O desenvolvimento desta infra-estrutura deverá considerar alguns detalhes específicos:

- Integração com o transporte ferroviário: deve ser integrada com o sistema ferroviário e aproveitar todas as estações e apeadeiros na proximidade do Sítio Litoral Norte (Caminha, Senhora da Agonia, Moledo do Minho, Âncora-Praia, Afife, Carreço, Areosa, Viana do Castelo e Areia-Darque) para a implantação de estacionamento para bicicletas. Desta forma, o visitante ou a população residente poderá deslocar-se de bicicleta até o terminal e a partir deste utilizar o transporte colectivo. Por outro lado, o acesso à ciclovia poderá ser efectuado através deste meio de transporte, para tal, o comboio terá que facilitar o transporte das bicicletas.

- continuidade do traçado ao longo do litoral: o sistema deve garantir a circulação sem interrupção da faixa litoral em análise, deve partir dos caminhos paralelos ao litoral existentes e procurar soluções alternativas adequadas sempre que se afasta destes espaços, como a adaptação de estradas a tráfego misto, com faixas delimitadas para os ciclistas.

- perfeita integração na paisagem – as obras de acolhimento da ciclovia devem incluir a construção de pontes/passadiços para proteger o caudal de rios e ribeiros ou habitats com alguma fragilidade. Deve no entanto, evitar-se a produção de novas intervenções na paisagem, por forma a minimizar o impacte ambiental.

- combinar o percurso ciclável com percursos pedestres/natureza – a ciclovia na sua vertente, cultural, de recreio e lazer, deve constituir um instrumento ideal para promover o património natural e cultural do Sítio Litoral Norte. O seu traçado deve privilegiar os elementos culturais existentes (faróis, fortes, moinhos, artesanato, gastronomia) e compreender a instalação de aspectos turísticos/culturais relevantes (como as casas de apoio/abrigo a criar). Sempre que se justifique deverá ser promovido o intercâmbio com percursos pedestres

- Sinalização – deve ser criada sinalização específica para a ciclovia, o que obriga a estabelecer entre os três concelhos normas de uniformidade. É importante que a mesma não se confunda com a restante sinalização de tráfego.

- Painéis de informação – serão um elemento fundamental de apoio aos utilizadores, pelo que devem estar bem localizados, serem bem visíveis pelos utilizadores e simultaneamente enquadrarem-se na paisagem. O material a utilizar deverá ser resistente e discreto.

- Mobiliário – para além da ciclovia, todo o percurso exige a existência de determinados equipamentos associados, como bebedouros, plataformas de estadia para descansar ou desfrutar da paisagem, bancos, papeleiras... .

- Estacionamento para bicicletas - deve ser cuidadosamente pensado sob pena de se criar uma situação de insegurança no que respeita a furtos das mesmas, com reflexos negativos na adesão ao sistema que se pretende implementar. Estes estacionamentos devem ser pensados para proporcionar um bom apoio aos utilizadores; possibilitar um estacionamento ordenado e harmonioso; implicar pouco esforço ao utilizador; permitir amarrar a bicicleta; oferecer protecção contra as adversidades do clima, em especial a chuva; possibilitar a segurança das bicicletas e procurar sempre a integração na paisagem.

➤ Trilhos e Percursos de Interpretação

Divulgação de aspectos relacionados com edificações, património e valências culturais.

4.2. PROGRAMA DE ACÇÕES

Neste ponto foram descritas as acções que integram o Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura Litoral Norte. Estas corporizam as apostas já descritas e inscrevem-se directamente na continuidade dos anteriores capítulos.

As fichas dividem-se nos seguintes grupos:

- Avaliação prospectiva e planeamento
- Acções integradas de conservação do património litoral
- Reabilitação integrada e qualificação do património cultural e paisagístico
- Mobilidade sustentável

Em cada uma das fichas consta um conjunto de descritores que caracterizam a intervenção nomeadamente:

- a tipologia e a localização de intervenção;
- a designação;
- os impactes territoriais e sociais decorrentes da sua implantação;
- a sua descrição em termos funcionais e espaciais;
- as entidades envolvidas para a sua execução;
- os resultados esperados;
- a estimativa orçamental e as possíveis fontes de financiamento;
- elementos desenhados.

Os projectos apresentados, de acordo com o fim a que se destinam, podem ser agrupados em três grupos:

- Estudos e planeamento;
- Intervenções mais institucionais, como a requalificação ambiental (reabilitação dunar e regeneração de espaços ambientais);
- conjunto de ideias para projectos valorizadores de atracção, que poderão ser assumidos por entidades particulares, para os quais não foi possível elaborar neste momento o financiamento e orientação.

Código	Designação	Página
1.	Avaliação prospectiva e planeamento	
1.1.	Estudos de caracterização e suporte à gestão territorial	
1.1.a	Estudo sobre o turismo	70
1.1.b	Estudo sobre as actividades económicas tradicionais (presente e futuro)	71
1.1.c	Estudo para aproveitamento das potencialidades dos desportos náuticos	72
1.1.d	Estudo de incidências ambientais	73
1.2.	Instrumentos de gestão territorial	
1.2.a	Plano de Pormenor/Núcleo de Cabedelo	74
1.2.b	Plano de Pormenor /Núcleo de Amorosa	75
1.2.c	Plano de Pormenor /Núcleo de Pedra Alta	76
1.2.d	Plano de Pormenor /Núcleo de Suave-Mar	77
1.2.e	Plano de recuperação da pedreira de Corgas	78
2.	Acções integradas de conservação do património litoral	
2.1.	Gestão institucional coordenada e articulada	
2.1.a	Alargamento do PNLN	79
2.1.b	Criação de uma plataforma de diálogo/gabinete coordenador	80
2.2.	A conservação do património natural	
2.2.a	Preservação e recuperação dos sistemas dunares (Moledo, Âncora, Afife, Castelo de Neiva, Pedra Alta, Ofir, Fagil e Pedrinhas/Cedóvem)	81
3.	Reabilitação integrada e qualificação do património cultural e paisagístico	
3.1.	Regeneração e qualificação de espaços ambientais degradados	
3.1.a	Requalificação ambiental dos pinhais de Gelfa, Darque/Anha/Chafé e Ofir	83
3.1.b	Valorização das praias de Afife e Apúlia	85

3.1.c	Reabilitação do edifício “Luzia-Mar”	86
3.2.	Recuperação e valorização do património cultural	
3.2.a	Instalação de uma Rede de monitorização ambiental e de apoio à gestão costeira no Fortim de Areosa	87
3.2.b	Centro interpretativo da engenharia portuguesa no Forte da Ínsua	88
3.2.c	Centros de interpretação ambiental no Forte do Paço e Forte de Esposende	89
3.2.d	Centro de artes tradicionais em Castelo de Neiva e na Apúlia	91
3.2.e	Alojamento nas modalidades de casa de abrigo/reposouso no Forte do Cão e moinhos de Vento de Viana do Castelo e Esposende	92
3.3.	Promoção da Informação e sensibilização ambiental	
3.3.a	Placas de sinalização e painéis de divulgação	93
3.3.b	Guias e informação	94
4.	Promoção da mobilidade sustentável	
4.a	Rede ciclável do Litoral Norte	95
4.b	Trilhos e percursos de interpretação	97

Código 1.1.a

Tipologia/Localização

Estudo/Toda a área

Designação

Estudo sobre o turismo

Objectivos específicos a que concorrem

Projectar para o Litoral Norte um modelo de desenvolvimento turístico compatível com a qualidade e sensibilidade da sua envolvência.

Descrição

Elaborar um estudo que permita conhecer, avaliar, controlar e revitalizar o fluxo de turistas/excursionistas, o que implica um conhecimento da oferta (consistência, qualidade, competitividade e estrutura) e procura (eficácia, coerência e conveniência) deste segmento.

Entidades envolvidas

Autarquias, ICN/PNLN, Região de Turismo, ONGA, Associações Locais

Resultados esperados

Um estudo que permita a promoção, valorização e sustentabilidade da actividade turística.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 75 000

Orçamentos municipais e do ICN/PNLN
PDR/FEADER; PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Código 1.1.b

Tipologia/Localização

Estudo/ Toda a área

Designação

Estudo sobre as actividades económicas tradicionais (presente e futuro)

Objectivos específicos a que concorrem

Criar condições para a preservação das tradições e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector primário.

Descrição

Elaborar um estudo que permita: conhecer os principais traços de evolução destas actividades (pesca, apanha do sargaço e agricultura em masseiras) em termos sociais e económicos; identificar necessidades, sugestões e prioridades destes grupos económicos e promover a captação de investimento.

Entidades envolvidas

Autarquias, associações ou agências de desenvolvimento regional e local, população do sector primário (agricultura e pesca), CCDR Norte, DR Agricultura Norte, DR Pescas

Resultados esperados

Um estudo que permita avaliar as necessidades das actividades económicas tradicionais de forma a apoiar o desenvolvimento social e melhoria de qualidade de vida das populações no sentido do equilíbrio entre a conservação da natureza e o desenvolvimento económico.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 75 000

Orçamentos municipais, Orçamento do Estado (agricultura e pescas)
PDR/FEADER; FE Pescas; PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Código 1.1.c

Tipologia/Localização

Estudo/ Toda a área

Designação

Estudo para aproveitamento das potencialidades dos desportos náuticos

Objectivos específicos a que concorrem

Avaliar as potencialidades dos desportos náuticos como alavanca para a promoção da imagem deste território.

Descrição

Elaborar um estudo que averigúe o potencial turístico e recreativo dos desportos náuticos na óptica do aproveitamento da feliz conjugação rios/mar, como pólo gerador de fluxos turísticos importantes, como forma de valorização do destino e como satisfação da população residente.

Entidades envolvidas

Autarquias, Região de turismo, CCDR Norte, Associações locais

Resultados esperados

Um estudo que permita a identificação das potencialidades desportivas ligadas aos recursos hídricos, aumento de fluxos turísticos e diversificação de animação turística e ocupação de tempos livres.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€75 000
Orçamentos municipais, RT Minho
PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Código 1.1.d

Tipologia/Localização

Estudo/Toda a área

Designação*Estudo de incidências ambientais***Objectivos específicos a que concorrem**

Não aplicável

Descrição

Elaborar um estudo que permita definir regras ambientais para as intervenções, assinalando os valores a proteger ou a potenciar, e que defina uma base de indicadores de base que sejam suporte para a monitorização ambiental da intervenção.

Entidades envolvidas

Não aplicável

Resultados esperados

Um estudo sobre as consequências ambientais de intervenção.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 75 000

Orçamentos municipais, Orçamento do Estado (MAOTDR)
LIFE+; PO Norte (FEDER)

Código 1.2.a

Tipologia/Localização

Instrumento de gestão territorial/Núcleo de Cabedelo

Designação

Plano de Pormenor do Cabedelo

Objectivos específicos a que concorrem

Qualificar os espaços urbano-marítimos por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.
Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.

Descrição

Elaboração de um Plano de Pormenor que contemple e integre as intervenções tendentes à protecção dos valores naturais e requalificação destas áreas.

Entidades envolvidas

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Resultados esperados

O Plano de Pormenor

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 50 000 - € 100 000
Orçamento municipal

Código 1.2.b

Tipologia/Localização

Instrumento de gestão territorial/Núcleo de Amorosa

Designação

Plano de Pormenor de Amorosa

Objectivos específicos a que concorrem

Qualificar os espaços urbano-marítimos por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.
Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.

Descrição

Elaboração de Plano de Pormenor que contemple e integre as intervenções tendentes à protecção dos valores naturais e enquadre um programa de desenvolvimento de uma centralidade turístico -ambiental.

Entidades envolvidas

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Resultados esperados

O Plano de Pormenor

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 50 000 - € 100 000
Orçamento municipal

Código 1.2.c

Tipologia/Localização

Instrumento de gestão territorial/Núcleo de Pedra Alta

Designação

Plano de Pormenor de Pedra Alta

Objectivos específicos a que concorrem

Qualificar os espaços urbano-marítimos por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.
Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.

Descrição

Elaboração de Plano de Pormenor que permita a definição de regras de uso do solo conducentes à recuperação deste aglomerado.

Entidades envolvidas

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Resultados esperados

O Plano de Pormenor

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 50 000 - € 100 000
Orçamento municipal

Código 1.2.d

Tipologia/Localização

Instrumento de gestão territorial/Núcleo de Suave-Mar

Designação

Plano de Pormenor de Suave-Mar

Objectivos específicos a que concorrem

Qualificar os espaços urbano-marítimos por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.
Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.

Descrição

Elaboração de um Plano de Pormenor que permita a definição de regras de uso do solo conducentes à recuperação do sistema dunar.

Entidades envolvidas

Câmara Municipal de Esposende; PNLN/ICN

Resultados esperados

O Plano de Pormenor

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 50 000 - € 100 000
Orçamento municipal; orçamento ICN/PNLN

Código 1.2.e

Tipologia/Localização

Recuperação paisagística da Pedreira de Corgas

Designação

Plano de recuperação da Pedreira de Corgas

Objectivos específicos a que concorrem

Regenerar e qualificar os espaços ambientais degradados.

Descrição

Elaboração de um Plano de recuperação que permita a definição de regras de uso do solo que compatibilizem a actividade económica com a recuperação paisagística do pinhal.

Entidades envolvidas

Câmara Municipal de Viana do Castelo, proprietários da pedreira, CCDR Norte

Resultados esperados

O Plano de recuperação.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Estimativa orçamental a definir em projecto
Investimento privado; PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Código 2.1.a

Tipologia/Localização

Alargamento do PNLN/Toda a área

Designação

Alteração do actuais limites do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN)

Objectivos específicos a que concorrem

Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da orla costeira, com garantias internas de capacidade de intervenção e de negociação, e garantias externas de controlo e fiscalização.

Descrição

Elaborar uma proposta de alargamento dos actuais limites do PNLN, de forma a incluir os valores geológicos, florísticos, faunísticos, culturais e paisagísticos presentes no Sítio Litoral Norte que justificam medidas específicas de protecção.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, CCDR Norte

Resultados esperados

Gestão mais integrada do conjunto dos valores naturais, culturais e paisagísticos presente no Sítio Litoral Norte.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Orçamento do Estado (MAOTDR); LIFE+

Código 2.1.b

Tipologia/Localização

Assegurar a cooperação institucional/Toda a área

Designação

Criação de uma plataforma de diálogo/gabinete coordenador

Objectivos específicos a que concorrem

Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da orla costeira, com garantias internas de capacidade de intervenção e de negociação, e garantias externas de controlo e fiscalização;

Descrição

Incrementar os mecanismos de cooperação institucional, através da constituição de um gabinete coordenador, com as funções de:
- envolvimento das instituições públicas e privadas;
- interpretação integrada da evolução da zona costeira;
- acompanhamento das tarefas associadas à coordenação e gestão estratégica e operacional dos projectos;
- constituir uma plataforma de diálogo e de integração de estratégias, através do estabelecimento de fóruns, programas, conferências, seminários, exposições e eventos, que garantam a participação activa e divulgação.

Entidades envolvidas

Autarquias, ICN/PNLN, CCDR Norte, ONG Ambiente

Resultados esperados

Estabelecimento de novas formas de relacionamento institucional.
Aumento do envolvimento de actores (autarquias, autoridade marítima, autoridades portuárias ...) nas decisões e aconselhamento, de forma a possibilitar o exame dos problemas comuns e a divulgação de soluções potenciais.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Orçamento do Estado (MAOTDR); orçamentos municipais; LIFE+; PO Norte/Eixo 5 (FEDER)

Código 2.2.a

Tipologia/Localização

Recuperação ambiental/ Moledo, Âncora, Afife, Pedra Alta, Ofir, Fagil e Pedrinhas/Cedovém

Designação

Preservação e recuperação dos sistemas dunares (Moledo, Âncora, Afife, Pedra Alta, Ofir, Fagil e Pedrinhas/Cedovém)

Objectivos específicos a que concorrem

Recuperar e proteger activamente os sistemas dunares de forma a aumentar a sua capacidade de resposta perante situações de maior pressão.

Descrição

Implementar diversos tipos de intervenções e de acções complementares tendentes à preservação e recuperação de dunas:

- Desenvolvimento de programas de erradicação ou controlo de invasoras (nomeadamente de *Acacia* sp. pl., *Cortaderia selloana* e *Carpobrotus edulis*);
 - Erradicar a acácia nas áreas onde esta alcança a duna branca e colonizar estes espaços com *Ammophilla arenaria* subsp. *Arundinacea*;
 - Colocar paliçadas e/ou vedar dunas primárias nas áreas a recuperar ou necessitadas de protecção;
 - Reforçar as populações de *Ammophilla arenaria* subsp. *arundinacea* em locais onde a comunidade apresente uma degradação significativa;
 - Recuperação e melhoria de caminhos e acessos em Afife e Pedra Alta.
-

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, CCDR Norte

Resultados esperados

Assegurar a recuperação ambiental do sistema dunar e a manutenção da biodiversidade.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€5 000 000

Orçamento do Estado (MAOTDR), orçamentos municipais, PO Valorização do Território/
Eixo 2 (FEDER)

Tipologia/Localização

Recuperação ambiental/ Pinhais de Gelfa, Darque/Anha/Chafé e Ofir

Designação

Requalificação ambiental dos pinhais de Gelfa, Darque/Anha/Chafé e Ofir

Objectivos específicos a que concorrem

Recuperar e proteger activamente os sistemas dunares de forma a aumentar a sua capacidade de resposta perante situações de maior pressão.
Desenvolver uma oferta ambiental complementar ao uso balnear.

Descrição

Deverão ser implementadas quatro tipos de acções gerais:

- 1 - Erradicação ou controlo de espécies invasoras;
 - 2 – Reflorestação com espécies autóctones;
 - 3 – A vedação de algumas áreas mais sensíveis, o condicionamento de pessoas e veículos a caminhos previamente delimitados, assim como a construção de passagens sobrelevadas, para evitar o pisoteio, de modo a permitir a preservação deste biótopo;
 - 4 - A delimitação de zonas de repouso em áreas que se apresentem degradadas, assim como parques de merendas, aproveitando estes espaços para a informação ambiental e para o desenvolvimento de actividades recreativas sustentáveis e circuitos de manutenção. Os parques devem ser apetrechados com elementos de qualidade, tais como; mesas e bancos com cobertura; fontanários; placas informativas de sensibilização ambiental e sugestão de actividades recreativas com reduzidos impactes no ambiente e placas com indicação das restrições; caixotes do lixo e WC's.
Os circuitos poderão abordar diferentes temáticas ambientais (mar, dunas, estuário, espaço florestal), em que em cada um dos aparelhos os utilizadores ao produzirem um esforço físico resulte, de forma figurada, um ganho ambiental (eg: movimentação de um êmbolo que “empurre” água suja através de um filtro para outro recipiente em que a água apareça limpa; associar exercícios de equilíbrio e força à avifauna). As áreas que apresentam melhores condições para estes equipamentos são Darque, Chafé e Ofir.
A intervenção no pinhal de Chafé prevê a demolição da fábrica na pinhal, e a recuperação dunar na Sra. da Bonança.
As acções previstas incluem ainda a demolição de todas as infra-estruturas e equipamentos presentes no pinhal da Gelfa (Campo de futebol, circuito de manutenção,
-

parque de merendas, a vinha) e sua substituição por um novo circuito de manutenção ambiental, assim como o ordenamento do estacionamento e recuperação do sistema dunar.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, CCDR Norte, associações locais e ONG Ambiente

Resultados esperados

Diversificar e criar espaços lúdico-recreativos, aumentar as mais valias ambientais na utilização destas área e melhoria das condições de vida das populações.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 6 000 000

Orçamento do Estado (MAOTDR), orçamentos municipais, PO Valorização do Território/ Eixo 2 (FEDER), PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Código 3.1.b

Tipologia/Localização

Valorização ambiental/ Afife e Apúlia

Designação

Valorização das praias de Afife e Apúlia

Objectivos específicos a que concorrem

Desenvolver uma oferta ambiental complementar ao uso balnear.
Promover a informação e sensibilização ambiental.

Descrição

Valorização das praias de Afife e Apúlia através das seguintes intervenções:
- Demolição dos restaurantes e equipamentos existentes da praia de Afife e equipamentos na Apúlia e criar novos equipamentos como tipologias e dimensões mais enquadradas nas necessidades e características actuais.
- Propõe-se a construção de novos equipamentos mais vocacionados para o público infantil, como baloiços e equipamentos desportivos, assim como placas informativas.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, CCDR Norte

Resultados esperados

Melhorar a qualidade das praias, tanto do ponto de vista ambiental, como do equilíbrio da fruição turística e da sensibilização ambiental.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 5 000 000

Orçamento do Estado (MAOTDR); orçamentos municipais; PO Norte/Eixo2 (FEDER); PO Valorização do Território/ Eixo 2 (FEDER)

Código 3.1.c

Tipologia/Localização

Turismo para todos/Reabilitação do edifício “Luzia Mar”

Designação

Reabilitação do edifício “Luzia Mar”

Objectivos específicos a que concorrem

Não aplicável

Descrição

Criação de Hotel vocacionado para as necessidades específicas dos portadores de deficiência, física, mental, visual ou auditiva, ao nível de infra-estruturas, atendimento e entretenimento.

Criação de uma sala de exposições que permita a realização de vários eventos e exposições, em vários níveis e formatos, como o *Braille*.

Estabelecimento de parcerias com a APPCDAM para o desenvolvimento de actividades com o Hotel.

Entidades envolvidas

Entidade privada

Resultados esperados

Aumentar a oferta turística e promover um tipo de turismo com qualidade, orientado para Todos.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

PO Norte/ Eixo 2

Código 3.2.a

Tipologia/Localização

Investigação do litoral/ Fortim de Areosa

Designação

Instalação de uma Rede de monitorização ambiental e de apoio à gestão no Fortim de Areosa

Objectivos específicos a que concorrem

Produzir, organizar e monitorizar o conhecimento sobre a dinâmica costeira.
Recuperar e valorizar o património cultural.
Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da orla costeira, com garantias internas de capacidade de intervenção e de negociação, e garantias externas de controlo e fiscalização.

Descrição

Aproveitar o *Fortim* de Areosa para nele instalar um centro de monitorização que vise:
- monitorização de parâmetros ambientais
- monitorização do modelo de planeamento implementado/pretendido.
Deverá ser elaborado um programa funcional que permita identificar: a sua missão, os objectivos, entidades envolvidas, públicos a que se dirige, regime de parcerias, modelo de funcionamento, equipamentos e software a adquirir e sustentabilidade financeira.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, CCDR Norte, IPPAR, Universidades do Porto e do Minho

Resultados esperados

Rede de monitorização ambiental e de apoio à gestão

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Orçamento do Estado (MAOTDR);
PO Valorização do Território/ Eixo 2 (FEDER); LIFE+

Código 3.2.b

Tipologia/Localização

Equipamento/ Forte da Ínsua

Designação

Centro interpretativo da engenharia portuguesa no Forte da Ínsua

Objectivos específicos a que concorrem

Associar à vocação natural do Sítio as vertentes culturais e patrimoniais de qualidade.
Recuperar e valorizar o património cultural.

Descrição

Aproveitar a localização estratégica do Forte da Ínsua para nele instalar um centro interpretativo da engenharia portuguesa de Fortes, não só de Portugal, mas também do Brasil, África e Ásia.

Investigar, preservar e divulgar a importância da rede de Fortes do Litoral Norte.

Criação de um espaço para exposições temáticas (por exemplo: Macau, cultura português no oriente), em que poderá ser fomentada a troca de material entre museus.

Entidades envolvidas

Câmara Municipal, IPPAR e outras entidades (privadas)

Resultados esperados

Criar um centro interpretativo que aumente o conhecimento e divulgação da arquitectura militar no Litoral Norte.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

PO Valorização do Território/ Eixo 2 (FEDER); PO Norte/Eixo 2 (FEDER)

Código 3.2.c

Tipologia/Localização

Equipamento/ Forte do Paço e Forte de Esposende

Designação

Centros de interpretação ambiental no Forte do Paço e Forte de Esposende

Objectivos específicos a que concorrem

Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.
Promover a informação e sensibilização ambiental.
Recuperar e valorizar o património cultural.

Descrição

Aproveitar os fortes do Paço e de Esposende para nele instalar um centro de interpretação ambiental dedicado ao litoral, ligados às actividades agro-marítimas, com uma componente museológica e um centro de Ciência Viva.
Pela sua localização, é de esperar que estes centros cumpram também funções urbanas e de visitação diária para dos residentes.
Deverá ser projectado a pensar num público escolar e num público sénior exigente.
Deverá ser elaborado um programa funcional que permita identificar: a missão do equipamento, os público a que se dirige, o seu plano de actividades, o seu regime de parcerias, a política de recrutamentos, o modelo de funcionamento, a sustentabilidade financeira.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, Universidades do Porto e do Minho, ONG Ambiente, associações

Resultados esperados

Criar um centro de interpretação ambiental que aumente a atractividade da zona e contribua para a sensibilização e educação ambiental a partir das actividades e informação facultada.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 2 500 000

Orçamento do Estado (MAOTDR); orçamentos municipais; PO Norte/ Eixo 2 (FEDER); LIFE+

Código 3.2.d

Tipologia/Localização

Equipamento/Castelo de Neiva e Apúlia

Designação

Centro de artes tradicionais em Castelo de Neiva e na Apúlia

Objectivos específicos a que concorrem

Associar à vocação natural do Sítio as vertentes culturais e patrimoniais de qualidade. Criar condições para a preservação das tradições e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector primário.

Descrição

Recuperação de edifícios degradados mas com interesse arquitectónico para nele instalar um equipamento pensado para a população local, que promova o convívio entre gerações e divulgue os saberes locais e tradicionais.
A partir dele deverão ser geradas dinâmicas que permitam a manutenção das actividades económicas de base local ligadas ao sector primário.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, associações locais

Resultados esperados

Reforçar o convívio e a transmissão de saberes entre gerações e promover a sua divulgação no exterior.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 2 500 000
Orçamentos municipais; PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Código 3.2.e

Tipologia/Localização

Alojamento/ Âncora, Areosa e Apúlia

Designação

Alojamento nas modalidades de casas de abrigo/repouso no forte do Cão, moinhos de vento de Areosa e Apúlia

Objectivos específicos a que concorrem

Recuperar e valorizar o património cultural.
Projectar para o Litoral Norte um modelo de desenvolvimento turístico compatível com a qualidade e sensibilidade da sua envolvente.

Descrição

Recuperação de edifícios degradados mas com interesse arquitectónico para nele instalar Casas de abrigo/repouso, que contribuam para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, sempre numa óptica de integração com o meio envolvente e contribuam para a qualificação e diversificação da oferta turística.

Entidades envolvidas

Entidades privadas, Região de Turismo

Resultados esperados

Dotar o Sítio Litoral Norte de uma rede equilibrada de oferta de alojamento nas modalidades de casa de abrigo/repouso.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Investimento privado;
PO Norte/Eixo2 (FEDER)

Tipologia/Localização

Sensibilização ambiental/Toda a área

Designação

Criar um padrão de placas de sinalização e painéis de divulgação.

Objectivos específicos a que concorrem

Promover a informação e sensibilização ambiental.

Descrição

Implementar um sistema coordenado de sinalização e painéis de divulgação com o fim de informar os visitantes e a população local sobre os equipamentos de apoio existentes (casas de natureza, centros de interpretação, centros de recepção, ...), os produtos turísticos disponíveis, as condições do seu usufruto, os aspectos particulares relacionados com a conservação da natureza e as particularidades do património natural e cultural. Estas acções devem dar maior visibilidade e transparência da actuação dos gestores do território em análise e criar uma imagem homogénea. Os locais para a instalação dos painéis devem ser criteriosamente escolhidos, de forma a evidenciar o fim a que se destinam, devem ter uma dimensão apropriada e uma imagem bastante apelativa.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, ONG Ambiente, associações

Resultados esperados

Formação dos visitantes e da população local sobre os valores naturais e histórico-culturais e sobre as potencialidades turísticas que apresentam. Educação e sensibilização ambiental dos visitantes e das comunidades locais.

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Orçamento do Estado,(MAOTDR); orçamentos municipais, PO Norte/ Eixo 2 (FEDER); LIFE+; PDR/FEADER

Código 3.3.b

Tipologia/Localização

Sensibilização ambiental/Toda a área

Designação*Produção de guias de campo, brochuras informativas, folhetos sobre itinerários, mapas.***Objectivos específicos a que concorrem**

Promover a informação e sensibilização ambiental;
Produzir, organizar e monitorizar o conhecimento sobre a dinâmica costeira;

Descrição

Disponibilização de conhecimento sobre os valores naturais, paisagísticos e culturais presentes no Sítio Litoral Norte e das principais intervenções na zona costeira realizadas ou previstas.
Disponibilização de material de apoio aos visitantes (brochuras de percursos, visitas temáticas).
A informação pode ser disponibilizada em formato de papel, por via electrónica e/ou material audiovisual.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN, ONG Ambiente, associações, universidades

Resultados esperados

Fomentar o empenho e a responsabilização partilhada dos cidadãos

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

Orçamento do Estado,(MAOTDR); orçamentos municipais, PO Norte/ Eixo 2 (FEDER); LIFE+; PDR/FEADER

Código 4.a

Tipologia/Localização

Promoção da mobilidade sustentável/ Toda a área

Designação

Rede ciclável do Litoral

Objectivos específicos a que concorrem

Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.

Associar à vocação natural do Sítio as vertentes culturais e patrimoniais de qualidade.

Promover a mobilidade sustentável.

Promover a informação e sensibilização ambiental.

Descrição

Dotar o Litoral Norte de uma rede rede ciclável, a qual deverá considerar alguns detalhes específicos:

- Integração com o transporte ferroviário;
 - Continuidade do traçado ao longo do litoral;
 - Perfeita integração na paisagem;
 - Complementaridade do percurso ciclável com os percursos pedestres/natureza e o património cultural;
 - Dotada de sinalização específica e painéis de informação de apoio aos utilizadores;
 - Enriquecida de equipamento associados (bebedouros, plataformas de estadia, papeleiras...)
 - Com estacionamentos que permitam o estacionamento ordenado, harmonioso, seguro, procurando sempre a sua integração na paisagem.
- Terá que ser definido qual o modelo de gestão, garante da consolidação e incremento da qualidade da infra-estrutura.
-



Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN

Resultados esperados

Rede ciclável que assegure uma ligação contínua entre os Concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende com a capacidade de incrementar de forma ambientalmente sustentável a fruição do território (cerca de 57 Km de extensão).

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 10 000 000 (a definir em projecto)
Orçamento do Estado (MAOTDR); orçamentos municipais; PO Norte/ Eixo 2 (FEDER)

Tipologia/Localização

Percursos/Toda a área

Designação

Percursos da natureza

Objectivos específicos a que concorrem

Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território.
Associar à vocação natural do Sítio as vertentes culturais e patrimoniais de qualidade.
Promover a mobilidade sustentável.
Promover a informação e sensibilização ambiental.

Descrição

Conceber diferentes percursos que complementem o traçado da ciclovia, que para além de conferir uma lógica agregadora de toda a intervenção, contribua para reforçar as condições dos valores ambientais e culturais presentes.
Este percurso deverá ser o local de excelência para divulgação ambiental e respeitar de forma intocável os valores naturais em presença, recorrendo como tal a passadiços sobrelevados.

Entidades envolvidas

Câmaras Municipais, ICN/PNLN

Resultados esperados

Percursos da natureza construídos

Estimativa orçamental/fontes de financiamento

€ 2 500 000
Orçamento do Estado (MAOTDR); orçamentos municipais; PO Norte/ Eixo 2 (FEDER)

4.3. CARTOGRAFIA DAS INTERVENÇÕES

